



Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior

Relatório da 5ª Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior

Maputo, Dezembro de 2023

FICHA TÉCNICA

Propriedade:	Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior
Título:	Brochura Informativa sobre a V Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior
Direcção:	Maria Luísa Lopes Chicote Agibo, Presidente do CNAQ
Editor:	Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior
Síntese, redacção e revisão linguística	Leonilda Sanveca, UP-Maputo Luís Isaiás Mavota, UP-Maputo Nélis Félix Elias, UP-Maputo Victor Mércia Justino Cumbane, UEM
Design Gráfico e Paginação:	Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior
Depósito Legal:	DL/BNM/1337/2023
ISBN:	78-989-53753-7-0
Tiragem:	100 exemplares
1.ª Edição:	Dezembro, 2023
Endereço:	CNAQ – Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior Bairro da Sommerschild II, Rua Beijo da Mulata N° 141, Maputo Cidade - Moçambique Telefone: +258 21496206 Endereço electrónico: cnaq.dane@gmail.com

ÍNDICE

I. Introdução	7
II. Sessão de abertura	8
2.1. Intervenção do Reitor da UP – Maputo.....	8
2.2. Intervenção da Presidente do CNAQ.....	8
2.3. Intervenção do Presidente do Conselho de Reitores	9
2.4. Discurso de abertura.....	10
2.5. Conferência de Abertura da 5. ^a Reunião	11
2.6. Lançamento do Livro sobre Qualidade do Ensino Superior em Moçambique	14
III. Sessão sobre a partilha de iniciativas, experiências, reflexões sobre empregabilidade e empreendedorismo do estudante universitário.....	15
3.1. Partilha de iniciativas e experiências sobre a promoção de empregabilidade estudantil	15
3.2. Promoção de Competências para Empreendedorismo Estudantil nas Universidades.....	19
IV. Sessão sobre o ensino superior moçambicano e o panorama regional, continental e global	23
4.1. ODS, Convenção de Addis-Abeba, ASG-QA, Sistemas de Transferência de Créditos.....	23
4.2. Contributo do Ensino Superior no alcance dos ODS	29
4.3. Participação das IES na conferência sobre qualidade de educação em Moçambique	34
4.4. Governança e gestão orientada para a qualidade	35
4.6. Ganhos e desafios da avaliação híbrida.....	43
4.7. Desafios e oportunidades da certificação digital em Moçambique.....	47
V. Sessão sobre a qualidade do ensino superior em Moçambique	52
5.1. Divulgação de Estatísticas do Ensino Superior	52
5.2. Encerramento.....	56
5.3. Recomendações.....	60

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

AQRM - Quadro Pan-africano de Rating da Qualidade

ASG-QA - Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia de Qualidade no Ensino Superior

ASGQA - Padrões e Linhas de Orientação para a Garantia da Qualidade do ES em África

CerQES - Centros de Referência em Qualidade e Qualificações do Ensino Superior

CESA - Estratégia Continental de Educação para África

CNAQ - Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior

CTES - Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ES - Ensino Superior

FDC - Fundo de Desenvolvimento Comunitário

IES - Instituições de Ensino Superior

INTIC - Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação

ISCTEM - Instituto Superior de Ciência e Tecnologia de Moçambique

ISUTC - Instituto Superior de Transportes e Comunicações

ISPG - Instituto Superior Politécnico de Gaza

ISPOTEC - Instituto Superior Politécnico e de Tecnologias

ISPS - Instituto Superior Politécnico de Songo

MCTES - Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior

ODS - Objectivos de Desenvolvimento do Milénio

PCA - Presidente do Conselho de Administração

PEA - Processo de Ensino e Aprendizagem

PhD - Doutor em Filosofia

SADC - Conferência de Coordenação do Desenvolvimento da África Austral

SADCQF - Quadro Regional de Qualificações da SADC

SCDM - Sistema de Certificação Digital de Moçambique

SINAQES - Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior

SINATCA - Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos

SPAS - Serviços Provinciais de Assuntos Sociais

TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação

UEM - Universidade Eduardo Mondlane
UEM-CRIS (UEM - *Current Research Information System*)
UFS - Universidade de Estado Livre
UJ - Universidade de Johannesburg
UJC - Universidade Joaquim Chissano
UMUM - Universidade Metodista Unida de Moçambique
UNESCO - A Organização das Nações Unidas para a Educação
UniLicungo - Universidade Licungo
UniRovuma - Universidade Rovuma
UniSave - Universidade de Save
UniTiva - Universidade Wutive
UniZambeze - Universidade Zambeze
UP-Maputo - Universidade Pedagógica de Maputo
USTM - Universidade São Tomás de Moçambique

Apresentação

Caro(a) Leitor(a)

É com grande satisfação que o Conselho Nacional de Avaliação de Qualidade do Ensino Superior (CNAQ) apresenta este relatório com informação sobre a 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior realizada nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 2023, em Maputo, no Campus principal da Universidade Pedagógica de Maputo (UP-Maputo).

Ao longo destas páginas irá, o estimado leitor, encontrar as ideias, os fundamentos e o relato de experiências de trabalho que os dirigentes do ensino superior partilharam no evento, que tinha como lema *partilhando iniciativas e perspectivas rumo a um ensino superior catalisador do desenvolvimento sustentável*.

Durante o evento, os intervenientes tiveram a oportunidade de expor suas ideias, opiniões, fundamentos teóricos e práticos com brilhantes apresentações seguidas de debate, tendo ficado claras as grandes preocupações e desafios do ensino superior em Moçambique no tocante à implementação dos mecanismos de garantia de qualidade nas IES.

Nosso agradecimento especial aos participantes que aceitaram desempenhar o papel de oradores, painelistas e moderadores das várias sessões do evento, pelo tempo dedicado à preparação das mesmas e pela disponibilidade e abertura em aceitar partilhar o seu saber e experiência, contribuindo com reflexões ricas e fecundas sobre a qualidade do ensino superior no país.

A todos desejamos uma boa leitura!

A Presidente do CNAQ

Prof^a. Doutora Maria Luísa Lopes Chicote Agibo

I. Introdução

O Conselho Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CNAQ) – órgão implementador do Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade do Ensino Superior (SINAQES) – realizou, nos dias 7, 8 e 9 de Junho de 2023, em Maputo, no Campus Universitário da UP-Maputo, a *V Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior*, sob o lema: *Partilhando iniciativas e perspectivas rumo a um ensino superior catalisador do desenvolvimento sustentável*. A reunião visava proporcionar um espaço de partilha, troca de experiências e reflexão sobre o contributo das Instituições de Ensino Superior (IES) na promoção de um ensino superior de qualidade, empregabilidade e empreendedorismo estudantil. Neste evento, participaram Dirigentes das IES (Reitores e Directores Gerais), Membros do Conselho Consultivo do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES), Coordenadores de Unidades Internas de Garantia de Qualidade, Directores dos SPAS, Chefes de Departamento do Ensino Superior, Comunidade Académica, Empregadores e Ordens Sócio-profissionais, Quadros Técnicos do CNAQ, Avaliadores Internos e Externos, Parceiros Internacionais e Nacionais do CNAQ, Estudantes e Sociedade Civil.

Durante a 5.^a Reunião, foram realizadas 2 Conferências, 4 Mesas Redondas, 4 Painéis e outras actividades inscritas nas celebrações dos 15 anos da criação do CNAQ (SINAQES), nomeadamente o lançamento do livro sobre qualidade, a divulgação de estatísticas do ensino superior, a premiação de avaliadores externos e gestores de procedimentos, a premiação das IES com melhor desempenho e a entrega de selo de certificação de qualidade.

A seguir, apresenta-se de forma detalhada as actividades e resultados da 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior.

II. Sessão de abertura

O primeiro dia da reunião foi marcado por três momentos: a sessão de abertura, a conferência sobre *perspectivas teórico-práticas sobre o desenvolvimento de competências para a empregabilidade e empreendedorismo nos estudantes universitários*, e o lançamento de um livro sobre qualidade.

A sessão de abertura comportou intervenções do Magnífico Reitor da UP-Maputo, Prof. Doutor Jorge Ferrão, da Presidente do CNAQ, Prof.^a Doutora Maria Luísa Lopes Chicote Agibo, e do Presidente do Conselho de Reitores de Moçambique, Prof. Doutor Bettencourt Capece, e o discurso oficial de abertura do evento proferido por Sua Excelência Ministro da CTES, Prof. Doutor Daniel Daniel Nivagara.

2.1. Intervenção do Reitor da UP – Maputo

O Magnífico Reitor da UP-Maputo começou por lamentar o facto de "os números estatísticos actuais apontarem para cerca de 240 mil o número de estudantes no Ensino Superior, e não o dobro, o que, na sua opinião, representa um crescimento tímido e lento. Desejou boas-vindas aos participantes presentes na sala do evento.

2.2. Intervenção da Presidente do CNAQ

A Prof.^a Doutora Maria Luísa Agibo fez a contextualização da 5.^a Reunião, tendo referido o lema, os objectivos, os resultados esperados e as realizações do CNAQ. Nesse sentido, disse que 5.^a Reunião dos Dirigentes do ES, organizada pelo CNAQ, juntava actores responsáveis pela governação e gestão do ensino superior em Moçambique, visando, juntos, analisarem a sua situação actual e apontarem caminhos para a melhoria dos serviços de ensino, pesquisa e extensão prestados, através de partilha de experiências em contexto em que as políticas nacionais e internacionais desafiam a constante transformação e inovação do sistema de ensino superior. Descantou, ainda, que se esperava, da reunião, uma reflexão sobre perspectivas do desenvolvimento sustentável, como ponto de partida para o debate sobre o contributo das IES na promoção

da empregabilidade dos aprendentes e empreendedorismo. Por outro, com os temas propostos para a reunião, disse esperar que se reflectisse sobre perspectivas do desenvolvimento sustentável, com base no contributo das IES; se identificassem acções capazes de concorrer para o desenvolvimento sustentável; e que se pensasse na qualidade do ES diante das crises globais, em particular, que se elencasse as boas práticas frutos da nossa resiliência durante a pandemia da Covid-19, entre outros resultados. Ainda na sua intervenção, a Presidente do CNAQ apontou algumas outras questões que esperava ver discutidas, nomeadamente como enfrentar problemas ambientais e ecológicos? Como integrar os objectivos de desenvolvimento sustentável no ensino, investigação e extensão? Além disso, disse esperar que se pensasse em grelhas formativas que assegurem o desenvolvimento de competências que fazem com que os estudantes alcancem níveis de empregabilidade e auto-emprego. Para terminar, a Presidente do CNAQ referiu que, para o debate de temáticas desafiadoras propostas na 5.^a Reunião, e a celebração dos 15 anos da criação do CNAQ, o evento reunia cerca de 150 participantes, entre eles, Dirigentes de IES (Reitores, Directores Gerais e Directores); Coordenadores de Qualidade de IES; Avaliadores externos, Membros do Conselho Consultivo do MCTES; Directores dos SPAS; Presidente da União Nacional dos Estudantes; Representantes de ordens e associações profissionais; Membros Executivos e não executivos do CNAQ; Técnicos do CNAQ e um convidado especial, o Prof. Doutor Vinícius Coscioni, da Universidade de Coimbra.

2.3. Intervenção do Presidente do Conselho de Reitores

O Presidente do Conselho de Reitores de Moçambique, Prof. Bettencourt Capece, partilhou algumas experiências sobre o desenvolvimento do ensino, sobretudo com foco nos objectivos do desenvolvimento sustentável, e apontou alguns desafios: a acreditação de laboratórios de investigação e a necessidade de as IES se reinventarem para se ter um ES de qualidade.

2.4. Discurso de abertura

No discurso oficial de abertura, Sua Exa. Ministro da CTES, Prof. Doutor Daniel Daniel Nivagara, destacou suas expectativas em relação à realização da 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior, tendo dito que esperava uma participação frutuosa e uma partilha de ideias e visões alicerçadas no lema da reunião.

Disse ainda que se fizesse do evento um espaço para que as instituições de ensino superior ascendessem a novas etapas do seu percurso histórico e desenvolvimento institucional, através da troca de experiências e partilha de iniciativas relativamente à promoção da empregabilidade e empreendedorismo estudantil. Também como um espaço que propicie debates abertos e francos, partilha de experiências, ideias e boas práticas institucionais que contribuam para o enriquecimento do crescente movimento nacional de estabelecimento em Moçambique, de um ensino superior de qualidade e socialmente relevante, que garante maiores níveis de empregabilidade e auto-emprego dos formandos. Referiu-se, ainda, à aprovação da Lei n.º 1/2023, de 17 de Março, a nova Lei do Ensino Superior, e suas vantagens. Disse que a lei tinha como uma das principais inovações a garantia da qualidade que se exprime por meio de uma diversidade de acções, que incluem dar suporte e viabilizar ofertas formativas que coloquem os estudantes em contínuo contacto com a realidade e as demandas do mercado do trabalho, de modo que os mesmos desenvolvam competências mais adaptáveis às necessidades do sector produtivo. Ainda, no âmbito dos aspectos inovadores da nova Lei do Ensino Superior, apelou que cada uma das IES criasse uma unidade específica de Garantia de Qualidade, que pudesse contribuir para a harmonização de Moçambique com o padrão 8 dos “Padrões e Linhas de Orientação Africanos para a Garantia de Qualidade no Ensino Superior (ASG-QA)”.

Além disso, o Ministro da CTES fez referência a algumas realizações do CNAQ, tendo dito que, para além da avaliação de 612 cursos e 15 IES, o CNAQ está a liderar acções visando implantar e consolidar a Cultura de Qualidade nas IES. E apontou os seguintes ganhos: a) assistência e monitoria continua às

Instituições de Ensino Superior em matérias de Garantia de Qualidade a nível nacional, tendo logrado na implantação de 40% de Unidades Internas de Garantia de Qualidade das IES; b) implantação de 3 Centros de Referência em Qualidade e Qualificações do Ensino Superior (CerQES), nomeadamente: CerQES da Região Sul (em 2020), na UEM; CerQES da Região Centro, UniLicungo (em 2021) e CerQES da Região Norte, UniRovuma (em 2022); c) a capacitação dos docentes no âmbito do Programa de Inovação Educativa; e d) a aprovação do Quadro Nacional de Qualificações pelo Decreto n.º 61/2022, de 23 de Novembro.

Ainda no concernente a realizações, disse que essas realizações são resultados visíveis do imenso contributo do CNAQ e da participação das IES nos mecanismos de implantação e consolidação de cultura de qualidade nas IES, e que era expectativa que, daquele fórum, resultasse uma melhor colaboração e aproximação entre o CNAQ e as IES.

2.5.-Conferência de Abertura da 5.ª Reunião

A conferência de abertura teve como título: *perspectivas teórico-práticas sobre o desenvolvimento de competências para a empregabilidade e empreendedorismo nos estudantes universitários* e foi feita pelo Professor Doutor Vinícius Coscioni, da Universidade de Coimbra.

O palestrante iniciou a sua comunicação por uma questão que a chamou de "lugar de fala", a saber: *como é que a universidade pode ser um espaço de criação, de apoio, para a construção de projectos de vida entre os estudantes universitários?*

De seguida, disse que, na Psicologia Vocacional, reconhecessem três grandes paradigmas que fundamentam o entendimento daquilo que é a carreira, e daquilo que um psicólogo deve realizar quando lida com questões relacionadas à carreira de pessoas de diferentes idades. Esses paradigmas são: a *Orientação Vocacional*, que consistiu em alocar as pessoas conforme as suas competências

e interesses. Ou seja, "aloca-se o homem certo no lugar certo", em função das competências e interesses das pessoas. Acrescentou que, neste paradigma, os psicólogos tinham a tarefa de fazer o mapeamento dos interesses e competências dos indivíduos para se encontrar o homem certo para o lugar certo. O segundo paradigma, que surgiu na década de 60, é a *Educação para a Carreira*, que consistia em desenvolver a pessoa para ocupar diferentes papéis ou funções em determinado local de trabalho. Segundo este paradigma, haveria uma trajectória linear que uma pessoa iria passar ao longo da vida, de posições mais básicas até as de topo, evoluindo dentro do seu posto de trabalho até chegar a uma posição mais consolidada, mais estável. Neste paradigma, o papel do profissional seria preparar a pessoa em cada um dos estágios. Por exemplo, um adolescente na escola, o papel do educador seria o de apoiar no momento de fazer a escolha da profissão que deve seguir e, depois, prepará-lo para entrar no mercado de trabalho. Por último, o terceiro paradigma, intitulado do século XXI, e que tenha surgido há menos de 20 anos, é o *Aconselhamento para a Carreira*. Neste paradigma, preparam-se os indivíduos os tempos de instabilidade. Em suma, no primeiro paradigma, o indivíduo enquadra-se no posto de trabalho que já existe: *auto-enquadramento*; no segundo, é o de desenvolvimento pleno da pessoa em um quadro de funções: *auto-implementação*, e no final, o terceiro é o de *auto-fazer-se*, como as carreiras são imprevisíveis é preciso estar revendo o que se faz.

O segundo ponto da sua comunicação foi sobre as competências de empregabilidade. Neste ponto defendeu que é preciso ter em conta, não só, competências técnicas/cognitivas, mas também competências *sócio-emocionais*. Acrescentou que, no contexto actual, caracterizado por incerteza em relação à carreira profissional e ao futuro, este último tipo de competência, que antes não era considerado, é relevante e recorrente em anúncios de vagas de emprego. As empresas, modo geral, têm o entendimento de que, para se trabalhar num determinado ambiente, é necessário um conjunto de valores. Entre as competências sócio-emocionais, destacam-se 5 grandes macro-competências: amabilidade, auto-gestão, engajamento ou envolvimento com os

outros, resistência emocional e abertura ao novo, que complementam as competências técnicas e a manutenção de posto de trabalho.

Quanto ao empreendedorismo, o orador discutiu-o no contexto de desigualdades, por considerar que, em Moçambique, há muita desigualdade, e por se viver um contexto de desigualdade global. Referiu que existem duas maneiras de se pensar em empreendedorismo: o *empresarial, clássico*, cuja ideia é criar uma necessidade: gerar lucro; e o empreendedorismo *social* que tem como foco resolver um problema, ou seja, a resolução de um problema a partir do emprego, empreendedorismo. Acrescentou que, dentro do contexto de empreendedorismo, é necessário pensar também sobre o mercado digital, por ser o presente. Na sequência, deu alguns exemplos de influenciadores digitais, considerando que estes ganham imenso dinheiro, grande capital, a partir da criação de produtos, alguns com valor acrescentado e outros não. Destacou ainda que este mercado movimentava muito capital e questionou de que forma as universidades moçambicanas estão a preparar os estudantes para esta realidade. Questionou igualmente como o empreendedorismo social associado ao mercado digital pode trazer capital para Moçambique.

Ainda na sua comunicação, o Professor Doutor Vinícius Coscioni falou sobre o projecto de vida, caracterizado por ser algo flexível e que passa por 6 dimensões: *volitiva-estratégica* (meta, plano, acção), *teológica-existencial* (valores), *biográfico-identitário*, *dialéctica-contextual* (construção individual/projectar os seus próprios projectos, *histórica* e *desenvolvimental*). Acrescentou que o projecto de vida é um processo em contínua evolução e de longo prazo. Salientou também que o projecto de vida está presente em todos os aspectos da nossa vida, sobretudo pelo facto de se viver uma incerteza em relação ao futuro. Defendeu que a forma como organizamos a nossa identidade é através de uma lógica de um projecto. O projecto de vida é algo em constante movimento, alteração, revisão, tal como a nossa identidade e que, no meio das incertezas em relação ao futuro, tem vindo a ganhar muita notoriedade.

Sobre como construir um projecto de vida, disse que existem muitos manuais que ensinam a contruí-lo. Mas, fez notar que a escola deve apoiar os alunos na construção do projecto de vida, através da orientação profissional que consiste em apoiar os estudantes a desenvolver competências técnicas e socio-emocionais. Disse, ainda, que, no ensino superior, existe uma necessidade de se pensar no projecto de vida; em como desenvolver o projecto de vida nos estudantes e em como a universidade pode ajudar o estudante a desenvolver o seu projecto de vida. Além disso, afirmou que o ensino superior deve habilitar os estudantes a construir o projecto de vida. Defendeu que o projecto de vida implica planeamento do futuro, daí ser importante ajudar os estudantes no planeamento do seu futuro.

Para concluir, convidou os presentes a pensar no empreendedorismo e a repensar as práticas de carreira e aconselhamento de carreiras. Sugeriu que se fizesse o mapeamento de competências a partir do ensino secundário. Destacou que o projecto de vida é uma forte motivação para os estudantes e para as pessoas que se encontram desmotivadas durante a formação. Reiterou, por fim, que se deve identificar projectos de vida mais significativos e que, na escola, há sempre espaço para os três paradigmas: orientação vocacional, educação para a carreira e aconselhamento para a carreira.

2.6. Lançamento do Livro sobre Qualidade do Ensino Superior em Moçambique

O lançamento do livro intitulado “***Avaliação e Garantia de Qualidade no Ensino Superior: Reflexões sobre o contexto Moçambicano***”, publicado em 2022, da autoria de Assane et al. sob organização de Agibo, Fringe e Francisco, teve lugar a 7 de Junho. O livro, tal como assegurou Agibo na sua intervenção, enquadra-se na estratégia de promoção de qualidade e reflexão contínua sobre a mesma no ensino superior, com a convicção de que só se pode caminhar em segurança ao lado dos outros.

O livro tem como objectivo central incentivar reflexões sistemáticas e contextualizadas sobre a cultura de qualidade na educação moçambicana, com

ênfase no subsistema do Ensino Superior. Apresenta sete capítulos, que concorrem para a construção de uma percepção sobre as políticas para a qualidade do ensino superior em Moçambique.

De acordo com o apresentador, Prof. Doutor Teodoro Waty, os sete capítulos contêm temas bons e actuais, cujo conteúdo projecta para o futuro, mas sem nunca se desvincular do passado. Para ele, a obra possui uma qualidade deliciosa, daí a sua capital relevância, sobretudo em um contexto em que se anseia pela majestosa qualidade no ensino superior no país e não só. Ainda, na sua óptica, a leitura do livro permite crescer em tamanho e em qualidade.

Em representação do colectivo de autores, a Prof.^a Doutora Verónica Sibinde enalteceu a iniciativa do debate em torno do que existe e o que deve ser melhorado em torno da educação de qualidade, num mundo em constante transformação. No seu entender, o livro aborda diferentes percepções sobre a cultura de qualidade, cujo alcance constitui um imperativo.

Segundo a autora, o livro não oferece soluções mágicas, pelo contrário despoleta desafios, com destaque para: a necessidade de compreensão do conceito “qualidade” em contexto específico; os padrões não claramente definidos; os avaliadores de pares vinculados a universidades cuja referência de qualidade são as suas instituições de origem; a falta de recursos humanos que garantam uma avaliação contínua e permanente; a incapacidade para monitorizar as avaliações pontuais; entre outros.

III. Sessão sobre a partilha de iniciativas, experiências, reflexões sobre empregabilidade e empreendedorismo do estudante universitário

Este tema comportou duas mesas redondas:

3.1. Partilha de iniciativas e experiências sobre a promoção de empregabilidade estudantil

Para abordar este tema, foram oradores os professores doutores Julio Tsamba (Ordem dos Engenheiros), António Cristo Pinto Madeira (ISPS) e Jacob Massuanganhe (ISPOTEC).

Intervenção do Prof. Doutor António Cristo Pinto Madeira

Director Geral do ISPS

Da organização da 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior, Madeira entende que o CNAQ age em dois extremos: *a montante* e *a jusante*, pois não está única e exclusivamente preocupado com a pré-acreditação e acreditação dos cursos ministrados nas 56 IES's em Moçambique, mas também com o resultado da acreditação dos cursos, verificando o ponto de situação da absorção dos graduados no Mercado de emprego (dois cantos da missão do CNAQ).

Na óptica do palestrante, as IES's são responsáveis por formar técnicos superiores de qualidade para as entidades empregadoras. O Mercado anseia empregar graduados com qualidades académicas e profissionais de qualidade.

Para ele, *empregabilidade* engloba as competências técnicas (profissionais) para o exercício das actividades, mas também as de vida (*soft skills*), num contexto em que a sociedade (o mercado de emprego) anseia por quadros de qualidade, formados pelas IES's.

Segundo Madeira, analisando um horizonte temporal de há 20 anos para cá, a expectativa dos diferentes sectores é receber quadros qualificados, formados nas IES's, sendo, por exemplo, que:

- O nível de formação de professores secundários aumento. Será que isso concorreu para o melhoramento do PEA?
- No ensino superior, houve aumento de Doutores, PhD's. Esse aumento concorreu para o melhoramento da qualidade de ensino nos IES's? A qualidade dos graduados melhorou; as pesquisas melhoraram em quantidade e em qualidade?

Dos questionamentos acima, pode-se concluir que há ainda vários desafios/problemas (orçamentos exíguos, falta de instalações laboratoriais, entre outros) por superar. Entretanto, para Madeira, é possível conseguir alguma da ansiada qualidade, desde que as ISE's:

- coloquem as questões acadêmicas e de centro educativo no centro das atenções;
- façam cumprir escrupulosamente o que está preconizado nos planos curriculares – olhar com cuidado as diferentes etapas de formação do estudante; e
- monitorizem permanentemente o perfil de saída dos graduados.

Para consubstanciar as suas teses, o dirigente apresentou a experiência do ISPS, destacando: a existência de um banco de dados de todos graduados; o permanente acompanhamento da situação dos graduados com base no questionário básico; a taxa de empregabilidade, aproximadamente 70%; o tempo de espera para se empregabilidade – mais ou menos 1 ano de cerca de 90% dos graduados. Como factores de sucesso, destacou os seguintes:

- 70% das cadeiras são de especialidade;
- Os estágios têm lugar em empresas de qualidade, com actividades referentes aos cursos;
- Introspecção permanente sobre a questão do centro educativo: sala de aula, laboratórios e estágios;
- Tempo elevado do estágio – 5 meses; e
- Relação proficua e saudável com os empregadores.

Em conclusão, e para dar substância aos seus dados, Madeira concluiu a sua apresentação reiterando haver vários problemas, mas que se houver foco no processo docente educativo, pode-se formar quadros de qualidade.

Prof. Doutor Jacob Massuanganhe

Director Geral do ISPOTEC

No entender de Massuanganhe, na conjuntura actual, quando se debate sobre a empregabilidade do graduado do ensino superior, colocam-se três questões centrais relativas a:

- i) qualidade de ensino vs oferta formativa (utilidade), que se foca no que satisfaz às necessidades e na base formativa responsiva.
- ii) relação qualidade do ensino, empregabilidade e qualificação, cujo foco é *o nível de profissionalização e o de qualificação*; e
- iii) dinâmicas em processos de ensino face ao novo mundo, com destaque para as *temporais, contextuais e conjunturais*.

O ISPOTEC, de acordo com Massuanganhe, é uma instituição com menos de 5 anos de existência, razão que motivou que ele partilhasse, antes, experiência da iniciativa da empregabilidade dos graduados das IES's de diferentes países com que teve contacto, com destaque para: África do Sul (UFS e UJ) e Angola.

Sobre o ISPOTEC, o dirigente, como estratégia de empregabilidade partilhou a iniciativa "A MINHA EMPRESA", cujas etapas programáticas são: empreendedorismo e práticas empresariais; Planeamento Estratégico Empresarial; Estudo do Mercado; Plano de Negócio; Crédito e Financiamento; Análise de Viabilidade de Económica e Financeira; por último, a Liderança e Controlo de Gestão.

Para concluir, o orador apresentou como desafios a necessidade de aprimorar: a dinâmica e alinhamento entre as IES; a governação e visão estratégica; e, por último, as políticas de fomento da qualidade: sistema de qualificação vs sistemas de avaliação.

3.2. Promoção de Competências para Empreendedorismo Estudantil nas Universidades: Parcerias entre IES's, Empregadores e Ordens Socioprofissionais

Prof. Doutor Júlio André Vilanculos

Reitor da UMUM

O orador começou fazendo o enquadramento da sua apresentação, tendo referenciado que principal diferencial da UMUM reside, em primeiro lugar, no facto de ela estar junto à Comunidade, o que faz com que a população se sinta parte integrante dela, sendo sempre convidada a participar em diversos eventos associados ao empreendedorismo. Aliás, parte dos estudantes da UMUM vem da própria comunidade de Cambine.

Ao longo dos mais de 6 (seis) anos de existência em Moçambique, a UMUM tem demonstrado estar muito empenhada, formal e informalmente, na educação e na formação de quadros e no cuidado com a vida e a saúde do povo da região, pelo que o empreendedorismo estudantil e da própria Comunidade, é um dos princípios que norteia a missão da UMUM de “Formar técnicos superiores com qualidade, dotando-os de competências, valores ético-morais e de cidadania que os habilitem a participar de forma activa na transformação da sociedade, através da transferência de conhecimentos e tecnologias”.

Neste contexto, segundo o orador, a UMUM assume o desafio de formar cidadãos íntegros, com uma conduta sã, empreendedores e comprometidos com a causa do desenvolvimento de Moçambique, habilitados a servir em quaisquer sectores e locais onde os seus conhecimentos e capacidades possam fazer a diferença, agindo como catalisadores do desenvolvimento social, económico e cultural.

A promoção de competências para empreendedorismo estudantil na UMUM tem, na óptica do palestrante, sua génese nos seguintes instrumentos orientadores:

- No Plano estratégico 2022-2032 onde definiu-se:

- Como um dos princípios norteadores da missão institucional, o “Incentivo pela competitividade da economia nacional através da promoção do empreendedorismo, inovação e transferência de tecnologia; e
 - No objectivo estratégico 2, eixo 2, relativo a Pesquisa, Extensão e Inovação, onde se prevê, incentivar a criação de incubadoras de pequenos negócios (empreendedorismo) e de actividades de voluntariado.
- Nos currículos - em todos os cursos da UMUM o empreendedorismo é uma disciplina obrigatória.

Prosseguindo, o orador apresentou acções concretas realizadas pela UMUM na Promoção de competências para empreendedorismo estudantil tendo destacado a realização de 3 Feiras de empreendedorismo, envolvendo:

- i) 65 estudantes; (nas 3 feiras realizadas), com destaque para a participação de estudantes do género feminino na ordem dos 70%;
- ii) 150 expositores dentre os quais, o governo, a comunidade do distrito de Morrumbene, estudantes graduados, instituições de ensino e empresas; e
- iii) Beneficiários - mais de 1500 pessoas (nas 3 feiras realizadas).

As feiras decorreram com os seguintes objectivos:

- Estimular o perfil empreendedor dos estudantes;
- Proporcionar à Comunidade académica, um ambiente para inovação e criatividade;
- Oferecer um espaço de exposição de serviços e produtos;
- Criar um espaço de aproximação e de convergência entre estudantes e as entidades empregadoras; e
- Estimular o crescimento na geração de auto-emprego no seio da comunidade académica, em geral, através da oferta de ferramentas.

De acordo com o orador, a UMUM realizou feiras de empreendedorismo desenvolvidas por estudantes e empresas, com destaque para as seguintes.

a) Desenvolvidas pelos estudantes:

- A produção de um sistema para controle de vazamento de gás;
- Produção de um sistema de purificação da água para o consumo; e
- A criação de diversas empresas ligadas a área de gastronomia artigos artesanais produtos agrícolas e serviços empresariais.

b) Apresentadas pelas empresas expositoras que despertou o espírito empreendedor nos estudantes:

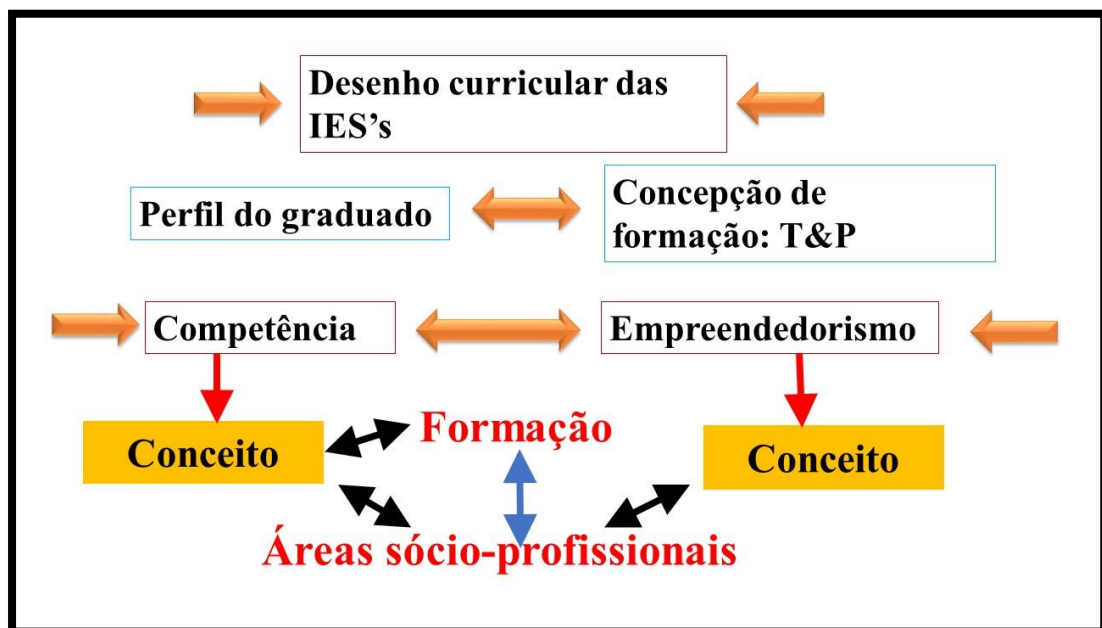
- Produção de blocos de construção maciço, que reduz o custo de construção e é ecológico;
- Exposição de serviços das empresas de ex-estudantes que já se encontram firmadas no mercado;
- Produção de frutas desidratadas ricas em vitaminas fundamentais para o desenvolvimento imunológico;
- Produção de vasos quadros e esculturas com base no papel, trazendo bases para que o estudante perceba que pode preservar o ambiente de uma maneira rentável; e
- Produção de materiais diversos de uso doméstico e escolar com base em tecidos africanos e de capulana como forma de mostrar ao estudante que é possível empreender valorizando as nossas raízes culturais e ainda sem maior volume de investimento.

Os serviços e produtos apresentados pelas empresas durante as feiras despertaram nos estudantes a vocação, habilidades e competências ocultas. Ainda a nível da UMUM, são realizadas palestras com estudantes já graduados que se tornaram empreendedores ou empresas locais por forma a criar aproximação do estudante com a realidade do empreendedorismo.

As feiras de empreendedorismo na UMUM (Promoção) têm tido o seguinte impacto:

- Promoção de parcerias que dão oportunidade de estudante se conectar com outras organizações e indivíduos que podem ajudá-lo a alcançar seus objetivos, ampliar sua rede de contactos e criar a troca de conhecimento e habilidades entre organizações, possibilitando desenvolvimento de soluções mais inovadoras e eficazes; e
- Promoção da qualidade de formação do nosso estudante, dotando-o de ferramentas que possibilitam o seu desenvolvimento social e económico durante e após término da sua formação.

Prof. Doutor Adriano Niquice
Director Geral do ISET – One World



Experiências do ISET - One World

- Desenho curricular [2020] – Cursos de Pedagogia, Educação e Desenvolvimento Comunitário e Educação para Ambiente;
- Pedagogia da ADPP/ISET – One World: Princípios e DMM;
- Organização curricular: os períodos durante a formação e seu significado;

- Prática curricular: forte relação entre teoria-prática, desenho de projectos de intervenção na comunidade (a partir de estudos da linha de base);
- Capacitação de agricultores;
- Associação de mulheres de Changalane; e
- Combate as queimadas.

VI. Sessão sobre o ensino superior moçambicano e o panorama regional, continental e global

A Sessão comportou duas mesas-redondas: a primeira com o tema: *ODS, Convenção de Addis-Abeba, ASG-QA, Sistemas de Transferência de Créditos* (Mesa-redonda III) e a segunda com o tema: *Contributo do Ensino Superior no alcance dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável* (Mesa-redonda IV).

4.1 ODS, Convenção de Addis-Abeba, ASG-QA, Sistemas de Transferência de Créditos

Para abordar este tema, foram oradores quadros do CNAQ e Parceiros, nomeadamente: Prof^a. Doutora Maria Luísa Chicote (CNAQ), Prof^a. Doutora Hilária Matavele (UEM) e Prof. Doutor Jorge Fringe (CNAQ).

Prof.^a Doutora Maria Luísa Chicote Agibo
Presidente do CNAQ

A Prof.^a Maria Luísa abordou sobre o "Quadro legislativo nacional e sua articulação com as normas internacionais de garantia de qualidade". A esse respeito, e de modo geral, referiu-se à existência, ao nível nacional, da Lei do Ensino Superior; Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia da Qualidade do Ensino Superior e suas ferramentas; Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das IES, Sistema Nacional de Transferência e Acumulação de Créditos Académicos (SNATCA) e Quadro Nacional de Qualificações de Moçambique (Dec. 61/2022, de 23 de Novembro).

Quanto ao nível regional, fez referência a: Protocolo da SADC relativo à Educação e Formação; Quadro Regional de Qualificações da SADC (SADCQF); Padrões de Qualidade da Educação da SADC e Sistema de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos na SADC; e, ao nível continental, à Agenda 2063 (África que nós Queremos), Convenção Africana sobre o Reconhecimento de Graus e Mobilidade Académica (*Addis Convention*, 2014), Estratégia Continental de Educação para África 2016-2025 (CESA 16-25), Quadro Pan-africano de Rating da Qualidade (AQRM), Padrões e Linhas de Orientação para a Garantia da Qualidade do ES em África (ASGQA), Sistema Africano de Acumulação e Transferência de Créditos, Quadro Continental Africano de Qualificações.

De um modo muito particular, a Prof.^a Maria Luísa debruçou-se sobre o Quadro Nacional de Qualificações de Moçambique (Dec. 61/2022, de 23 de Novembro). Começou por referir o âmbito da aplicação desta Lei (artigo n.º 5) que diz: *As normas estabelecidas pelo presente quadro são de âmbito nacional e aplicam-se a todas as qualificações desenvolvidas ou ministradas por instituições públicas e privadas legalmente estabelecidas, que oferecem formação correspondente a qualquer nível dos vários subsistemas do Sistema Nacional de Educação.* Falou ainda sobre a estrutura do Decreto que cria o Quadro Nacional de Qualificações; um decreto que compreende 4 capítulos, 22 artigos e 4 Anexos. O Capítulo I, que reúne os artigos 1 a 6 é sobre Criação, Natureza, Definição, Objecto e objectivos. O Capítulo II, artigos 8 a 9, aborda as seguintes matérias: Componentes do QNQ e níveis de Qualificações, Órgãos, Composição e Competências do Conselho de Direcção, do Conselho Fiscal e do Conselho Consultivo. O Capítulo III, artigos 15 a 19, trata de: Coordenação da Implementação do QNQ, Regulamentação das Qualificações, Natureza Jurídica, Composições e Competências. E o Capítulo IV, artigos 20 a 22, é sobre Normas Transitórias, Regulamento Interno, Entrada em Vigor. Nos anexos, há (1) Glossário, (2) Quadro Nacional de Qualificações (Representação Gráfica); (3) Descritores de Níveis e (4) Descritores de Níveis por Domínios de Competências.

De seguida, disse que o Quadro é um instrumento que se insere no processo de implementação da *Convenção de Addis-Abeba* e que, por um lado, pretende promover o reconhecimento mútuo das qualificações e, por outro, facilitar a mobilidade interna e externa dos estudantes. Nesse sentido, afirmou que os quadros nacionais são propostos como meios para promover a internacionalização, a mobilidade, e qualidade de ensino, a partir da transparência e confiabilidade dos currículos.

Referiu ainda que, em Moçambique, o Quadro Nacional é um instrumento de referência única para classificar todas as qualificações que são produzidas no sistema educativo e formativo. Assim, tal como outros quadros, é orientado por 10 princípios, como, por exemplo: *classificar os diferentes níveis*. Essa classificação deve reflectir o conteúdo e perfis das qualificações. A abordagem dos quadros é o foco nos resultados de aprendizagem que devem estar relacionados com os descritores. Os descritores são especificados em três domínios, nomeadamente: domínio de *conhecimentos*, que devem estar previstos em todos os níveis de subsistema de ensino, domínio de *competências* e o domínio de *autonomia* e responsabilidade dos estudantes. Além disso, referiu que, para além do princípio que pressupõe que todas as qualificações são orientadas para os resultados de aprendizagem, a garantia de qualidade e o registo de qualificações são princípios orientadores do QNQ.

Para terminar, sublinhou que o objectivo do desenho do QNQ foi o de harmonizar os três subsistemas de ensino: Superior, Educação Geral, e Educação Técnico-Profissional. Para a implementação do QNQ, defendeu que tal se impõem alguns desafios, nomeadamente o da capacitação, desenho de qualificações, estrutura da garantia da qualidade, a mobilidade e o de comprometimento. Por isso, apelou a colaboração de todos no desenho de competências.

A Prof.^a Hilária Matavel fez uma exposição sobre o Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Acadêmicos (SNATCA). Deste modo, começou por lembrar que Crédito Acadêmico é a unidade de medida do trabalho realizado com sucesso pelo estudante, sob todas as suas formas, para alcançar os resultados da aprendizagem previstos num módulo/disciplina/unidade curricular, e que, no país, uma unidade de crédito corresponde a 25 a 30 horas.

Relativamente aos objectivos do SNATCA, apontou os seguintes: aumentar a transparência dos programas e cursos, por forma a permitir que os estudantes façam escolhas apropriadas das áreas de estudo; flexibilizar a escolha de disciplinas pelos estudantes, permitindo-lhes organizar os planos de estudo de acordo com as suas necessidades; facilitar a mobilidade horizontal e vertical dos estudantes, através da troca, transferência ou mudança de curso; facilitar a atribuição de equivalências às qualificações obtidas no exterior, oferecer garantias de qualidade e empregabilidade dos graduados das IES e permitir a competitividade e mobilidade dos estudantes e docentes no país, na região e no mundo.

Referiu ainda os princípios do SNATCA, nomeadamente: autonomia institucional, simplicidade e praticabilidade na introdução e capacidade administrativa. Disse ainda que a transparência, a flexibilidade e a mobilidade são os pilares do SNATCA.

No âmbito do SNATCA, apontou o que está feito, tendo destacado o seguinte: a existência de normas gerais (Lei do ES, Regulamento do SNATCA, etc.), a existência de currículos descritos em créditos académicos, a existência de acordos de mobilidade com ou entre as instituições e a existência de programas de mobilidade. Relativamente a o que falta fazer, apontou a falta de normas e de regulamentação mais específica ao nível de cada IES; a existência de

disparidade entre as IES, na questão de unidade de crédito académicos. Ainda como desafios, acrescentou a necessidade de melhoria do sistema de gestão de crédito; a falta de política e condições/financiamento que incentivem a implementação do SNATCA.

Prof. Doutor Jorge Fringe
Director de SINAQES no CNAQ

O Prof. Jorge Fringe falou sobre a garantia de qualidade do ensino superior em Moçambique e o panorama regional e continental. Nesse sentido, descreveu o que é Sistema Nacional de Avaliação, Acreditação e Garantia de Qualidade de Ensino Superior (SINAQES).

Começou por afirmar que o sinónimo de qualidade no ES em moçambique é o SINAQES e não o CNAQ, que é um conjunto de normas, mecanismos e procedimentos coerentes e articulados tendo em vista a garantia de qualidade. Referiu igualmente que, para avaliação e garantia da qualidade no âmbito do SINAQES, recorre-se a três etapas: (i) *auto-avaliação*, (ii) *avaliação externa* e (iii) *acreditação*, e que o processo é guiado por 9 indicadores de qualidade. Referiu ainda que a criação do SINAQES é determinada por dois conjuntos de factores: por um lado, a harmonização de um ensino superior em expansão e, por outro, a necessidade de adequação aos padrões regionais e globais. Na sequência, fez notar que, nos primeiros 24 anos da existência do ES em moçambique, de 1962 até 1986, havia apenas 3 instituições de ES, e, nos últimos 23 anos, surgiram cerca de 40, o que significa que houve um aumento considerável de IES.

Este aumento de instituições impôs desafios: a necessidade de uma harmonização e a promoção da confiança entre as instituições, através do SINAQES. Por outro lado, havia o desafio da adequação ao desenvolvimento de padrões da região e do continente.

De seguida, procurou explorar como os elementos da dinâmica interna e como os elementos relacionados com os padrões ou com a internacionalização se reflectem. Referiu-se a alguns padrões regionais e continentais, como, por exemplo, a Convenção de Addis-Abeba, que tem como objectivos: definir e aplicar mecanismos eficazes de garantia de qualidade e de acreditação a nível nacional, regional e continental; facilitar o intercâmbio e a maior mobilidade de estudantes, professores e pesquisadores do continente e da diáspora e contribuir para a harmonização das qualificações. Ainda nos padrões regionais, referiu-se ao ASG-QA: padrões e procedimento de garantia de qualidade do ensino superior em África. Objectivos do ASG são: desenvolver um quadro comum de sistemas de garantia de qualidade, desenvolver a confiança mútua, facilitando o reconhecimento e a mobilidade dos estudantes; promover transparência e prestação de contas; e promover competitividade internacional do sistema de ES de África. Em termos de aplicação, os padrões são aplicáveis a todos os países ou a todo o tipo de IES em África, e que se aplicam em consonância com os quadros de qualificações e sistemas de acumulação e transferência de créditos, que são vistos como catalisadores do aumento da transparência e confiança. Este quadro, a ASG, é composto por 3 partes: a parte A que é sobre os processos de garantia de qualidade, a parte B que é sobre os processos de avaliação externa e a parte C é a própria agência de garantia de qualidade. De acordo com o orador, embora os padrões africanos comportem 13 indicadores de qualidade, estão alinhados com os padrões do CNAQ/SINAQES que comporta 9 indicadores. Tendo em conta o que acontece no país e os padrões regionais ou continentais, iniciou-se há 1 ano um processo de revisão das normas. Um dos elementos que consubstancia essa revisão é a designação de dimensões de qualidade para o que se chama por indicadores de qualidade e de critérios de verificação para o que se designa por indicadores. A outra alteração é a adopção de novas dimensões ou indicadores de qualidade: a dimensão empregabilidade em que se procura ver a actualidade e adequação do foco e conteúdos do curso, a promoção de conteúdos, valores e habilidades de empregabilidade e o empreendedorismo (desenvolvimento de competências empreendedoras). É também um dos aspectos que caracteriza a

revisão a criação de linhas orientadoras para o estabelecimento de órgãos de garantia de qualidade nas IES.

4.2. Contributo do Ensino Superior no alcance dos ODS

Nesta mesa-redonda participaram 4 oradores, todos eles dirigentes de IES, nomeadamente o Professor Catedrático Carvalho Madivate (ISCTEM), o Prof. Doutor Jorge Ferrão (UP-Maputo), Prof.^a Doutora Brígida Martins de Oliveira Singo (UniLicungo) e Prof. Doutor Eng. Fernando Leite (ISUTC).

A intervenção dos oradores consistiu em comentar ou responder à seguinte questão: *pensando na sua realidade institucional comente sobre as principais acções, iniciativas, projectos que contribuem para o desenvolvimento sustentável em torno das seguintes temáticas: segurança alimentar e saúde, emprego e empregabilidade, inclusão e aprendizagem ao longo da vida, mudanças climáticas e o desenvolvimento sustentável, pesquisa e desenvolvimento.*

Prof.^a Doutora Brígida Singo
Vice Reitora da UniLicungo

Referiu que a UniLicungo, quando foi criada, elegeu três áreas: agricultura, educação, saúde e bem-estar e educação para o desenvolvimento. Para responder ao quarto objectivo do desenvolvimento sustentável, *educação de qualidade*, disse que, na UniLicungo, existe uma faculdade de educação, um centro de educação e humanidade no qual há um projecto que trabalha com jovens que desistiram da escola secundária no sentido de os recuperar para voltarem para a escola. Na área de agricultura, existe uma Faculdade de Ciências Agrárias e dois projectos: o projecto “Pro-soja” que, inicialmente, produziu cerca de 40 toneladas de soja para fazer face à desnutrição crónica que assola a província da Zambézia, abastecer o centro de produção de bovinos e fornecer aos produtores. Referiu-se ainda ao centro de Gudiwa que produz animais. Disse que, numa primeira fase, os animais eram meramente

didáticos, usados pelos estudantes para fazer todo o maneiio, as práticas. Entretanto, os animais cresceram em número elevado, daí ter-se decidido em contribuir também com o fomento dos animais, pelas comunidades no distrito de Nicoadala.

Para concluir, defendeu que as IES podem contribuir para o desenvolvimento sustentável desde que olhem para as ciências básicas: Química, Biologia, Física e Matemática, porque, na sua opinião, são elas o motor de tudo o que se quer. Acrescentou que não é o empreendedorismo que resolve o problema, mas as ciências básicas que devem mostrar aos estudantes como transformar as suas necessidades em oportunidades. Educar o estudante a ser empregador nas ciências básicas. Ensinar o aluno a ser ele mesmo a fazer o projecto de vida. O desafio da IES é o de ensinar o estudante a fazer o projecto de vida.

Prof. Doutor Eng. Fernando Leite
Director Geral do ISUTC

O começou por reconhecer que a questão que foi posta em discussão tem 5 temas: segurança alimentar e saúde, emprego e empregabilidade, inclusão, mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável e pesquisa e desenvolvimento. Disse que o ISUTC não tem cursos na área de segurança alimentar e saúde, embora tenha, nas suas linhas de pesquisa, questões ligadas a vias de comunicação e estradas para tráfego de baixo volume que contemplam a melhoria de acesso e extensão da rede de saúde e transporte de produtos agrícolas.

Relativamente ao emprego e empregabilidade, referiu que, para garantir uma maior empregabilidade, o ISUTC aposta na melhoria permanente da qualidade dos cursos, tendo como pressuposto a ideia de que ou os cursos têm qualidade e os graduados conseguem um bom emprego ou não têm qualidade e os graduados não conseguem emprego ou conseguem um mau emprego. Referiu ainda que, naquele momento, estava em curso uma revisão curricular que vai

permitir um salto qualitativo e significativo de todos os cursos e, portanto, a melhoria da já elevada empregabilidade. O ISUTC aposta na leccionação de cursos na área das engenharias, com especial orientação para cursos que o mercado pede e para o desenvolvimento do país. No ISUTC, há 9 licenciaturas em engenharias, o que só, por isso, já é mais fácil os graduados conseguirem emprego. Há leccionação de muitos cursos extra-curriculares nos quais são ensinadas matérias muito especiais que facilitem a entrada dos graduados no mercado de trabalho, nomeadamente: manutenção prática de estradas, cálculo estrutural por meio de *softwares* profissionais, traçar estradas através *softwares* profissionais e *Microsoft Project* para a gestão de projectos. Ainda sobre a questão da qualidade de ensino, afirmou que há um lema orientador da filosofia de ensino, que se resume: "*se me disser, vou esquecer, se me mostrar, vou lembrar e se me envolver, vou aprender*". Os docentes do ISUTC têm como obrigação envolver os estudantes em projectos, em trabalho de laboratório, de campo e de oficina, visitas de estudo, bem como na resolução de problemas práticos com os quais serão confrontados na vida profissional.

Quanto a mudanças climáticas e desenvolvimento sustentável, fez saber que estão incluídas em diferentes cursos de forma tímida e que, neste momento de revisão curricular, no ISUTC, os conteúdos ligados a matérias de fórum ambiental e desenvolvimento sustentável serão revistos e reforçados, através da melhoria de programas actuais e pela criação de cursos extra-curriculares e outras acções.

No que se refere à pesquisa e desenvolvimento, afirmou que, para a dinamização neste domínio, o ISUTC reestruturou a área da investigação e pesquisa e está a rever a política, estratégia de investigação e inovação, incluindo a diversificação das linhas de investigação, de acordo com os ODS. O ISUTC revitalizou eventos científicos e está a preparar cursos de mestrado na área de engenharias a serem lançados no próximo ano e seguinte.

Professor Catedrático Carvalho Madivate

Director Geral do ISCTEM

O orador começou por se referir à área da saúde. Disse que é nesta área em que o ISCTEM dispõe de maior escola ou faculdade, oferecendo cursos de medicina geral, medicina dentária, farmácia e controlo de qualidade de glúteos e cursos de fisioterapia. Afirmou ainda que todos os cursos têm um, dois ou três anos de um ciclo clínico, onde os estudantes fazem estágios em diferentes unidades sanitárias e prestam diversos serviços. Para o efeito, deu exemplo de uma parceria com a FDC, na qual os estudantes dos últimos anos fazem parte dos actores que vão trabalhar com a FDC na assistência, incluindo estudos de prevalência de certas doenças, aconselhamento a certas famílias, visando trazê-las para próximo dos serviços de saúde que são oferecidos.

Relativamente à empregabilidade, recomendou a leitura do penúltimo capítulo do livro *Avaliação e Garantia de Qualidade no ES: reflexões sobre o contexto moçambicano*, por tratar da questão do objectivo 4: *educação de qualidade*, e por mostrar a sua importância na preparação de técnicos que vão fazer pesquisa e dar contributos na resposta a todos os ODS.

Sobre as mudanças climáticas, disse que há um curso de licenciatura na área de arquitectura e urbanismo. Referiu-se a este curso por considerar que alguns dos problemas de impacto das mudanças climáticas estão associados à falta de planificação no crescimento desses espaços. Acrescentou que o ISCTEM está a preparar um mestrado profissionalizante em cidades sustentáveis. Defendeu que se quer que, neste mestrado, os estudantes desenvolvam projectos realistas.

Relativamente à investigação, apresentou uma lista de projectos de investigação, entre eles, um projecto na área das plantas medicinais que pode transformar o ISCTEM num centro de excelência e ainda, por ser do domínio da saúde, pode contribuir para capacitação e transferência de tecnologia para o melhoramento de preparados usados nas comunidades; outro projecto que

quer usar argilas e extractos de plantas para o tratamento de águas nas zonas rurais, cujo final prevê a produção de um filtro com várias camadas para a melhoria da qualidade de água; um outro projecto, em parceria com a UEM, que consiste em desenvolver materiais de construção melhorados, através de resíduos agrícolas e resíduos industriais. Concluindo assumiu que a pesquisa promove uma ligação forte entre as universidades, institutos de investigação e o sector industrial e outros actores, para que contribuam para o desenvolvimento sustentável.

Prof. Doutor Jorge Ferrão
Reitor da UP-Maputo

Para Professor Ferrão, os ODS são declarações políticas e que têm pouco a ver com praxis. Na sua óptica, o espaço para reflectir e pensar é diminuto, quando se vive endeusado em declarações políticas. Entretanto, em jeito de resposta, sublinhou que havia dois elementos que preocupam a universidade. O primeiro é que finalmente a UP-Maputo tem uma patente reconhecida ao nível internacional, na área de plantas medicinais. Acrescentou que o reconhecimento aconteceu no ano passado e que agora a UP tem de pagar os *Royalts*, na europa, e, a seguir, o Yuan, na China. Nesse sentido, notou que a UP está preocupada, uma vez que quer a patente, por tal dignificar o ES e a academia moçambicana. Relativamente ao segundo elemento, referiu que a UP tem desenvolvido, com o Ministério da Saúde, um suplemento alimentar, através de mistura de farinhas diferentes. Este suplemento está escrito e registado, mas não se verifica a sua produção em escala, significando que o esforço intelectual que foi despendido não encontra uma compensação na parte mais prática. Para concluir a sua apresentação, o Professor Jorge Ferrão afirmou que as IES precisam de buscar uma entidade, ou seja, uma agenda de compromisso que mais os aproxima e que menos os afasta. Elas devem cumprir muito mais do que a agenda 2030 ou o Desenvolvimento Milénio.

4.3 Participação das IES na conferência sobre qualidade de educação em Moçambique

Para além das mesas-redondas, decorreu no dia 8, um painel (PAINEL I), onde os oradores apresentaram um informe relativo à preparação da Conferência Nacional sobre Educação de Qualidade em Moçambique, um evento co-organizado por MINEDH, MCTES, MGCAS, SEJE-SEETP e UNESCO.

Segundo os oradores, Doutores Marques e Lurdes, o objectivo da apresentação foi o de divulgar a própria conferência, *Conferência Nacional sobre Educação de Qualidade em Moçambique*, cujo objectivo é desenvolver uma visão comum sobre a educação de qualidade em Moçambique, seu papel na construção de uma sociedade inclusiva e equitativa numa perspectiva de aprendizagem ao longo da vida, com impacto no desenvolvimento do capital humano, social, cultural, político e económico, através de um diálogo participativo. Disseram ainda que, a Conferência Nacional sobre Educação de Qualidade em Moçambique iria decorrer de 10 a 12 de Julho de 2023, no Centro Internacional de Conferências Joaquim Chissano, em formato híbrido.

Dos vários aspectos referidos, destacamos a) os resultados esperados:

- Identificados os progressos, desafios e lições aprendidas com as reformas adoptadas no SNE ao nível da Educação Formal e Não-Formal;
- Desenhadas estratégias de intervenção holística multisectorial para a promoção da Educação Inclusiva;
- Partilha das experiências nacionais e internacionais sobre políticas e abordagens teóricas e práticas que contribuem para a qualidade da educação;
- Definidas estratégias e caminhos a seguir para o fortalecimento do SNE para responder aos 4 pilares da educação: Aprender a conhecer, Aprender a fazer, Aprender a ser e Aprender a conviver;
- Lançada a Rede da Educação Inclusiva e Desenvolvimento da Criança com Deficiência-Moçambique (Rede Inclusão); e

- Institucionalizada a realização das conferências sobre educação de qualidade como mecanismo multisectorial de monitoria da evolução da qualidade da educação no País.

b) Os pilares temáticos previstos:

- Educação de Qualidade, Ensino-Aprendizagem Digitais e Inteligência Artificial;
- SNE nas Agendas Globais de Educação (por subsistema);
- Educação de Qualidade e Educação Inclusiva (por subsistema);
- Educação de Qualidade, Aquecimento Global, Alterações Climáticas e Resiliência;
- Educação de qualidade e Relevância dos Resultados do SNE; e
- Educação de Qualidade e Governança e Financiamento do SNE.

c) Apelo às IES no geral e, em particular as que vão acolher as reflexões regionais, para o devido apoio, com vista a garantir maior participação e abrangência dos diferentes segmentos da sociedade, e o pedido de colaboração das IES na indicação de possíveis oradores, moderadores e coordenadores de temas na Conferência Nacional.

4.4 Governança e gestão orientada para a qualidade: lições aprendidas, novos paradigmas, desafios e oportunidade de ensino e pesquisa no contexto da Covid-19

Para dissertar sobre este tema, foram oradores os seguintes dirigentes de IES, todos eles Reitores: Prof. Doutor José Magode (UJC), Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior (UEM), Prof. Doutor Bettencourt Capece (Unizambeze), Prof. Doutor Joseph Wamala (USTM) e Prof. Doutor Nelson Júlio Chacha (Unitiva).

Prof. Doutor José Magode
Reitor da UJC

Disse que foi num quadro de busca, de preservação da saúde, da segurança de docentes, estudantes e dos membros do CTA que importava lembrar e reter as lições aprendidas relativas a dificuldades e nível de eficácia da operacionalização de ensino-aprendizagem com recurso a plataformas digitais.

Aduziu que, com a emergência da pandemia do novo corona vírus, a UCJ teve de readaptar-se a nova realidade, uma vez que não estava preparada para o desafio da estruturação de um ensino-aprendizagem não presencial e baseado em pilares tecnológicos online.

De seguida, resumiu as lições retidas como sendo as seguintes: necessidade de investimento na socialização de docentes no uso das tecnologias de informação e comunicação de nível avançado em prol de desenvolvimento de competências tecnológicas que se possam traduzir em habilidades de uso de programas de processamento de textos, de uso de programas de planilha para compilação de notas e de dados gráficos, capacidade de uso de programas de banco de dados para criação de tabelas, armazenagem, recuperação e consulta de dados, bem como de *software* de apresentações electrónicas; capacidade de navegação e de pesquisa de dados na *internet*, habilidades de projectar, criar e manter um site na web do docente e de uso de e-mail para comunicação e de meios de ensino; conhecimento de fundamentos que regem o computador e de entendimento de como eles funcionam; capacidade de gestão de arquivos de computador, habilidades de ensino online, capacidade de uso de uma sala de aulas de vídeo conferência e compreensão dos fundamentos de ensino com vídeo conferência, a necessidade de compreensão da *Deep web* e de como usá-la como ferramenta de recurso.

Além disso, destacou a formação de estudantes por forma a capacitá-los para o uso das novas tecnologias de informação e comunicação, o que justificou a introdução da cadeira de informática como obrigatória em todos os cursos. O investimento na infra-estrutura de suporte ao uso das tecnologias de informação e comunicação.

Quanto à Covid-19, novos paradigmas e oportunidades de ensino no contexto pós Covid, salientou a existência, na UJC, de um centro tecnológico de ensino à distância que é o meio de suporte ao ensino e aprendizagem; a criação de um ciberespaço e de plataformas digitais que permitem o uso da plataforma moodle, concentrando um conjunto de ferramentas de gestão pedagógica,

gestão administrativa de cursos e ambiente virtual de aprendizagem; a disponibilização de recursos bibliográficos livres através da biblioteca digital; e capacitação de docentes e de estudantes através de manuais de uso de plataformas digitais.

Por fim, o Reitor da UJC declarou que hoje o estudante da UJC passou a dispor de acesso generalizado ao conhecimento, facilitado pelas novas tecnologias de informação e comunicação, permitindo-lhes o desenvolvimento de competências digitais e a sua transformação em actores de EA na era digital.

Prof. Doutor Manuel Guilherme Júnior
Reitor da UEM

Manuel Guilherme centrou a sua comunicação na área da governação, pesquisa e ensino-aprendizagem, a fim de mostrar quais foram as lições aprendidas em todas essas áreas.

Assim, ao nível da governação, destacou as seguintes lições: o recurso ao uso de ferramentas tecnológicas que impactou na redução de despesas de deslocação para os estabelecimentos de ensino e no aumento do consumo e na qualidade da *internet*; o uso massivo de plataformas electrónicas para realização de reuniões e encontros colegiais e o regime de rotatividade de recursos humanos.

Quanto à pesquisa, disse que a pandemia da Covid-19 resultou na interrupção da implementação de projectos financiados pelo programa ASDI e outros; interrupção do trabalho de campo e actividades de laboratórios; reestruturação e/ou redesenho de projectos de pesquisa para acomodar as limitações impostas pela pandemia; interrupção ou modificação das actividades de pesquisa devido a restrições de viagens. Além disso, ela impactou no cumprimento dos planos de actividades e cronogramas dos projectos de pesquisa; no acesso aos recursos humanos e financeiros necessários para a

implementação dos projectos e na apresentação e publicação dos resultados da pesquisa devido a atrasos na recolha e análise de dados. No domínio de ensino e aprendizagem, referiu, no âmbito pedagógico, que houve a necessidade para adaptar as práticas pedagógicas no contexto da Covid-19 e formar docentes em inovação educacional e uso das tecnologias de informação e comunicação.

No âmbito tecnológico, estabeleceu-se um mecanismo de suporte e apoio para o uso de tecnologias de informação e comunicação; incrementou-se a largura de banda para acesso a *internet* no campus de Maputo; integrou-se o SIGA (sistema integrado de gestão académica) à plataforma Moodle e o desenvolvimento de uma plataforma própria para vídeo conferência na UEM.

Referindo-se aos desafios e oportunidades na era pós Covid-19, o Prof. Manuel Guilherme apontou, relativamente à área da governação, os seguintes desafios: investimento na continuidade do uso intensivo das tecnologias de informação e comunicação para as reuniões e eventos científicos; reforço do orçamento de acordo com as necessidades institucionais para intervenções relacionadas com a demanda para o uso de tecnologias de informação e comunicação; evolução para uma governação digital e electrónica (e-governação); aposta no desenvolvimento do ensino à distância e do ensino híbrido como estratégias de massificação e aumento de acesso ao ensino.

Ainda na área da governação, destacou como oportunidade as seguintes: a UEM evoluiu muito em relação ao uso das plataformas virtuais; reduziram-se despesas de deslocação para participação em eventos presenciais; aquisição de licenças Zoom partilhadas e o aumento dos níveis de participação da comunidade universitária em eventos científicos. No domínio da pesquisa, os desafios foram: executar os fundos dentro dos prazos estabelecidos pelos projectos; apresentar os indicadores de pessoal formado e publicações dentro dos prazos dos projectos e usar tecnologias nos processos de pesquisa. Quanto à oportunidade, o Prof. Guilherme apontou as seguintes: exploração de novas metodologias de pesquisa; criação de espaço para resiliência a diferentes

formas de instabilidade, adaptabilidade a mudanças imprevisíveis; destacou-se o potencial do trabalho remoto, colaborações virtuais e flexibilidade para participação internacional e adequação da infraestrutura e sustentabilidade financeira.

Os desafios inscritos na área do ensino foram: investimento e expansão de tecnologias de informação e comunicação; investimento na inovação pedagógica; inovação contínua nos métodos de ensino e aprendizagem e consolidação do ensino híbrido e à distância. E, relativamente as oportunidades, disse que a necessidade de uso de *internet* levou ao investimento na melhoria da conectividade; aumentou a aquisição de dispositivos electrónicos para docentes e estudantes; acelerou o processo de equipar das salas de informática e de vídeo-conferência e formou-se massivamente os docentes no uso de ferramentas tecnológicas no processo de ensino.

A terminar a sua intervenção, o Prof. Doutor Manuel Guilherme referiu-se aos novos paradigmas que são: a aposta na institucionalização de métodos de trabalho mistos; a realização de eventos com transmissão através de plataformas virtuais que se mantêm até hoje; a adopção dos UEM-CRIS (UEM - *Current Research Information System*) para a gestão virtual da investigação e ciência na UEM e a aposta no ensino híbrido e à distância.

Prof. Doutor Bettencourt Capece
Reitor da UniZambeze

O Reitor da UniZambeze destacou a necessidade de formação de pessoal, formação no uso das plataformas, e a criação de condições para o ensino híbrido que passam pela constituição de salas de informáticas adequadas e criação de campus virtual, como desafios impostos pela Covid-19. Acrescido a isso, referiu-se à pobreza, citando como exemplo a falta de orçamento para o funcionamento, no ano 2023, na UniZambeze.

Para o orador, com a Covid-19, aprendeu-se que, primeiro, se tem de investir e, segundo, formar. Além disso, aprendeu-se que era preciso manter a gestão. Tal foi feita com uso de plataformas digitais.

No que concerne ao SINAQES, disse que, na UniZambeze, se criou uma política de garantia de qualidade, um manual de garantia de qualidade, um guião interno de auto-avaliação de cursos. E, como forma de operacionalização da política de qualidade em todas as unidades, criou-se o gabinete de qualidade e comissões de qualidade.

Em jeito de conclusão, o orador afirmou que a pandemia permitiu aumentar o investimento nas tecnologias de informação e comunicação; permitiu aumentar investimento para a criação de campus virtual e permitiu que aumentasse a formação contínua do corpo docente. Referiu ainda que antes da Covid, a UniZambeze tinha apenas 30 por cento dos cursos acreditados e hoje tem menos de 5 por cento de cursos não acreditados.

Prof. Doutor Joseph Wamala
Reitor da USTM

O Reitor da USTM começou a sua intervenção assumindo que a gestão do ensino nas IES durante a pandemia passou por 4 momentos consecutivos e sucessivos, nomeadamente reacção, resposta, reflexão e recuo ou reinício.

A primeira fase implicou a necessidade de uma rápida adaptação ao novo normal, consistindo na passagem de ensino totalmente presencial para o ensino totalmente virtual. A segunda fase, a da resposta, consistiu na criação de infra-estruturas e recursos necessários para o processo de ensino-aprendizagem virtual.

No terceiro momento, o da reflexão, o ensino virtual foi concebido de forma mais estratégica e sistemática para garantir uma melhor experiência de ensino e aprendizagem.

A quarta fase é a fase actual. Esta impõe o desafio aos dirigentes das IES de escolher entre recuar (ou seja, retomar o que era o ensino e aprendizagem antes da crise da Covid-19) e reiniciar tudo o que se sabe e se fez nessa época para construir algo novo.

Partindo do pressuposto de que nesta era pós-covid há necessidade de reavaliar, repensar e redesenhar todo o sistema educacional, defendeu que a USTM escolheu reiniciar, ou seja, redesenhar o seu sistema educacional, desencadeando uma revisão curricular de todos os cursos para a modalidade híbrida. Segundo o Prof. Joseph Wamala, até ao presente momento metade dos cursos da USTM estão em formato híbrido. E que a meta é que, até ao fim deste ano, todos os cursos da USTM tenham esse formato.

Ainda no âmbito da revisão curricular em curso, a USTM preconiza a empregabilidade dos seus graduados, não só em termos de ciência (saber fazer), mas também de consciência/competências sócio-emocionais (saber ser e estar, como forma de manter o emprego).

Prof. Doutor Nelson Júlio Chacha
Universidade UniTiva

O orador defendeu que, na UniTiva, a qualidade é estratégia para a excelência universitária e regra da disciplina. Tudo o que se faz na sua instituição visa a satisfação de estudantes e garantia da qualidade de ensino, pesquisa e extensão.

Assim, em 2021, iniciou um exercício para a garantia da qualidade, através da reestruturação do Gabinete de Qualidade que passou a ser Direcção de Qualidade, Inovação, Pesquisa e Extensão; criação de unidades de gestão de

qualidade por faculdade; reflexão estratégica sobre os resultados da avaliação externa do ano de 2018 e dos respectivos planos de melhoria. Além disso, afirmou que está em curso um trabalho exaustivo sobre os indicadores críticos de sucesso: a) Corpo Docente, através de recrutamento e selecção de docentes como grau de doutor, investimento na transformação de 15 Licenciados em Mestres e de 5 Mestres em Doutores; b) Currículo, que se aproxime do Princípio de Marketing que diz: “as empresas devem deixar de vender o que produzem e produzir o que podem vender”; c) Corpo Técnico Administrativo, que está em mudanças transformacionais, através do recrutamento e selecção de pessoal mais qualificado, formação em matérias de ética no atendimento ao estudante/cliente; d) Infraestrutura: fortalecida com a construção de raiz do laboratório de engenharias mecânicas e e) Internacionalização: participação de docentes em eventos internacionais, publicações de artigos em revistas internacionais, mobilidade de estudantes.

Segundo Prof. Doutor Nelson Júlio Chacha, a pesquisa e extensão, na UniTiva, centra-se no estabelecimento de relacionamentos com o sector produtivo e da sociedade civil, para que a investigação seja um meio de formação e de solução de problemas com relevância social. No âmbito do *saber-fazer*, a UniTiva realiza Estágios pré-profissionais dentro e fora. Quanto à qualidade, a Direcção de Qualidade transformou-se numa representação do CNAQ, um aliado forte da Direcção Pedagógica e da Gestão do Património. Nesse sentido, a governação e gestão universitária da UniTiva decidiu que todas as avaliações devem ser “A”, por ter a fórmula resolvente.

Relativamente aos desafios da Covid-19 e os novos paradigmas do ensino e pesquisa, revelou que, decretadas as primeiras medidas restritivas, o objectivo da UniTiva foi continuar com as actividades lectivas, aderindo a novos paradigmas educacionais: aulas online usando a plataforma *moodle* e reinvenção de metodologias e práticas pedagógicas (desafios no período de transição). Com o relaxamento das medidas restritivas, houve novas estratégias, como a preparação de 42 salas para aulas híbridas, o acesso à *internet* melhorada, entre outras.

Para concluir, o Prof. Doutor Nelson reiterou que a governação e a gestão estão orientadas para a qualidade. Qualidade é o caminho para a UniTiva chegar ao seu destino final, a Excelência Universitária, e que a luta é converter os pontos fracos em fortes e as ameaças em oportunidades.

4.6. Ganhos e desafios da avaliação híbrida

Os oradores deste painel foram avaliadores internos e externos, a saber: Prof. Doutor Laurindo Caetano (UniRovuma); Prof.^a Doutora Lubacha Zilhão (UniLicungo) e Prof. Doutor Custódio Tacarindua (ISPG).

Prof. Doutor Custódio Tacarindua Docente do ISPG

Apontou os ganhos na avaliação híbrida, que são: investimentos em tecnologia, melhoria no domínio das TICs e o ensino em modelo híbrido que, no ISPG, passou a ser uma realidade.

Além disso, referiu ganhos específicos, com o uso do *moodle*: comprometimento com o tempo de realização do teste, uma vez que fica aberto apenas no tempo programado pelo docente; e o comprometimento com a avaliação, por o docente ser obrigado a resolver a prova por forma a inserir a correcção automática.

Disse ainda que a plataforma oferece ferramentas que servem para medir o progresso dos estudantes. Sobre os desafios da avaliação no ensino híbrido no ISPG, o orador indicou os seguintes: o docente não tem a certeza se é realmente o estudante que fez a prova; o nível de literacia digital dos estudantes e docentes é muito desafiante; limitado equipamento para acesso à internet; oscilação da internet no Campus Politécnico; baixo nível de preparação de docentes para a transição ao ensino híbrido (desenho e pedagogia), entre outros. Em jeito de considerações finais, destacou que o ensino híbrido proporciona benefícios, como autonomia, flexibilidade, compartilhamento de

espaços, tempos, actividades, técnicas e tecnologias, fora e dentro da sala de aula. Houve uma imensa mudança em pouco tempo que trouxe ganhos e desafios na forma de avaliar e a necessidade de adopção de metodologias activas e inovadoras.

Prof.^a Doutora Lubacha Zilhão
Docente da UniPungue

Ela iniciou a sua intervenção definindo o que é ensino híbrido: abordagem pedagógica que combina actividades realizadas presencialmente e por meio de tecnologias digitais de informação e comunicação.

Quanto aos ganhos, destacou a promoção de uso das tecnologias na condução do PEA; o aprimoramento do uso das ferramentas tecnológicas, por parte dos docentes e estudantes; a diversificação de estratégias de avaliação do PEA e o reforço na aquisição de meios tecnológicos por parte da instituição e por parte dos estudantes.

Referiu ainda que, como instituição, a UniLicungo tem desencadeado formações de docente e estudantes no uso da plataforma moodle; apoiado que docentes da UniLicungo participem na formação organizada pelo CNAQ em inovação educacional com recurso ao uso de tecnologia e orientado às faculdades para: produção dos planos curriculares e analíticos que tenham em atenção o ensino híbrido; elaboração dos horários que espelhem períodos de aulas presenciais e de aulas online e realização de eventos nacionais e internacionais, explorando o uso de recursos tecnológicos.

Para terminar, enumerou os seguintes desafios da avaliação híbrida:

- *Conectividade*: melhorar a internet alargando a sua expansão e a sua largura de banda, e a qualidade da mesma;
- *Formação de docentes e estudantes*: promover mais formações para docentes e estudantes no uso das tecnologias para o ensino;

- *Acessibilidade*: estabelecer parcerias que tornem o acesso à internet, por parte dos estudantes, menos onerosa; e
- *Recursos tecnológicos*: estabelecer parcerias para aquisição de recursos tecnológicos para potenciar o ensino híbrido.

Prof. Doutor Laurindo Caetano
Docente da UniRovuma

O Prof. Doutor Laurindo procurou, na sua intervenção, falar em torno da seguinte questão de partida: *quais os principais progressos, desafios e lições apreendidas durante o processo de avaliação externa no período compreendido entre 2015-2023?* Nesse sentido, afirmou que, antes da Covid-19, alguns instrumentos de avaliação externa em vigor desde 2016 estavam desajustados à realidade das IES moçambicanas. Em 2020, parte desses instrumentos foram revistos, com a introdução de critérios Covid-19. E desde 2021, esses instrumentos reguladores estão em revisão.

Face a isso, os ganhos foram o ajuste aos desafios proporcionados pela Covid e à realidade das IES moçambicanas, e o desafio foi o de actualizar os instrumentos reguladores, incorporando novas dimensões e novos padrões. Ainda ao nível dos instrumentos, destacou que, antes da Covid-19, eram físicos e, depois da pandemia, digitais, o que implicou, como ganhos, uma maior flexibilidade na distribuição e consulta dos instrumentos e, como desafio, a transição para um sistema totalmente digital. No que se refere aos avaliadores, declarou que, antes da pandemia, eram contratados por convite e a sua capacitação feita em regime presencial.

Depois da pandemia, passaram a ser contratados por concurso público e capacitados via online. Com consequência, verificou-se uma maior transparência no processo de selecção dos avaliadores externos e uma maior abrangência, em simultâneo, de um elevado número de avaliadores externo. Com efeito, o desafio é o de se fazer a contratação de avaliadores através de

plataformas digitais e o de garantir a qualidade dos avaliadores externos capacitados. Relativamente ao próprio processo de avaliação externa, disse que, antes da Covid, este era presencial e desencadeada por todos os membros da comissão de avaliação externa. Depois da pandemia, o processo passou a ser online e a visita às instalações feitas por uma parte dos membros da comissão de avaliação externa.

Nesse sentido, o ganho foi o acesso rápido a documentação relacionada com o processo de avaliação. E o desafio é o de garantir a qualidade do relatório final da avaliação. Na avaliação institucional, sublinhou que, antes da Covid-19, tinham sido avaliados, com base no modelo clássico, apenas 3 IES. Depois da covid, em que a avaliação passou a ser online, foram avaliados 20 IES. A terminar, o Prof. Doutor Laurindo Caetano referiu que, antes da Covid, a plataforma digital era usada somente para a submissão do relatório de (auto) avaliação do curso ou instituição.

Depois da Covid-19, o uso das plataformas digitais passou a ser a base de todo o processo de avaliação. Para o Doutor Laurindo, a pandemia da Covid-19 veio mostrar que o CNAQ, os avaliadores externos e as IES não estavam preparadas para desencadear/receber uma avaliação de cursos, programas e instituições de forma híbrida. No actual contexto de pós-pandemia, o CNAQ, os avaliadores externos e as IES deveriam privilegiar o uso de novas formas de resolução de problemas surgidos durante o processo de avaliação, através da apropriação, disseminação e uso das tecnologias de informação e comunicação (informatização e massificação ao acesso à internet).

4.7. Desafios e oportunidades da certificação digital em Moçambique

Prof. Doutor Eng.º Lourino Chemane

PCA do Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação

Segundo o orador, o Instituto Nacional de Tecnologia de Informação e Comunicação (INTIC) foi criado pelo Decreto n.º 9/2011, de 4 de Maio, e tem a sua organização, funcionamento e gestão sido redefinidos pelo Decreto n.º 90/2020, de 9 de Outubro, a luz do n.º 3, do artigo 11, da Lei n.º 3/2017, de 9 de Janeiro, Lei das Transacções Electrónicas.

As competências do INTIC, autoridade reguladora de TIC, são:

- Assegurar a implementação e funcionamento do Sistema de Certificação Digital de Moçambique (SCDM);
- Propor um quadro legal de protecção de dados pessoais e de combate a crimes cibernéticos;
- Aplicar sanções decorrentes da lei das transacções electrónicas e demais legislação aplicável;
- Realizar estudos de TIC e propor acções estratégicas para o desenvolvimento da Sociedade de Informação em Moçambique;
- Proceder à cobrança das taxas e multas;
- Divulgar e promover a aplicação das transacções electrónicas, do comércio electrónico e do governo electrónico;
- Garantir o respeito e o cumprimento da Lei e dos respectivos regulamentos;
- Apresentar propostas de regulamentos e outros diplomas de implementação da Lei das transacções electrónicas.

De acordo com o orador, havendo necessidade de operacionalizar o SCDM, visando garantir a autenticidade, integridade e validade jurídica de documentos em formato electrónico, o Conselho de Ministros aprovou o Regulamento do SCDM, através do Decreto n.º 59/2019 de 3 de Julho.

O SCDM é baseado numa Infra-estrutura de Chave Pública que permite o aumento do nível de segurança nas transacções electrónicas entre a administração pública, os cidadãos e as empresas, promovendo, deste modo, o aumento da qualidade e confiança dos serviços prestados com recursos a tecnologias de informação e comunicação.

Para além de contribuir para reduzir fraudes e evasões fiscais e outros crimes cibernéticos, o SCDM tem como objectivos:

- Assegurar a integração e a eficácia dos sistemas de autenticação digital forte nas relações electrónicas de pessoas singulares e colectivas com o Estado e entre entidades públicas;
- Desmaterializar processos e procedimentos nas relações entre os vários organismos do Estado, entre o Estado e o cidadão e outras entidades;
- Definir políticas, regras e procedimentos para a sua hierarquia de confiança;
- Desempenhar o papel de incluir ou excluir os demais participantes na sua hierarquia de confiança; e
- Supervisionar e auditar as práticas e processos de todos os participantes na sua hierarquia de confiança, mediante políticas, regras e procedimentos definidos, assim como as disposições legais e regulamentares em vigor.

Segundo o orador, o SCDM obedece a seguinte estrutura hierárquica:



Nesta estrutura, ele destacou o papel do Comité Gestor. Referiu que é o órgão responsável pela gestão e administração de políticas e práticas do SCDM. Além disso, disse que o Comité Gestor exerce as funções de gestão de topo dos órgãos consultivos e operacionais do SCDM. Podem fazer parte do Comité Gestor um representante de cada entidade certificadora pública do SCDM e um representante das Entidades Certificadoras Privadas a ser designado pelo Presidente do Comité Gestor do SCDM.

Relativamente ao Sistema de Registo e Identificação Electrónica dos Membros das Comunidades Académica e Científica de Moçambique, disse que o MCTES pretende implementar um Sistema de Registo e Identificação dos Membros das Comunidades Académica e Científica de Moçambique (SRIEMCACIM), através da utilização de tecnologias emergentes para identidade electrónica que facilitará a colaboração e partilha ao nível global na forma cada vez mais social e participativa da comunidade académica a nível nacional e internacional. A necessidade de implementação de um SRIEMCACIM decorre de:

- Desconhecimento do número concreto dos membros da comunidade académica e científica de moçambicana;
- Inexistência de uma base de dados unificada com registo dos dados de toda a comunidade académica;
- Necessidade de os membros da comunidade académica e científica aceder aos serviços electrónicos que dependem da identificação electrónica;
- Dificuldade em tornar acessíveis as facilidades e benefícios dos serviços e produtos a custo reduzido, ou ofertas que abrangem toda a comunidade académica;
- Dificuldade de oferecer serviços financeiros aos membros da comunidade académica, usando plataformas electrónicas a eles dedicados; e
- Ausência de informação e históricos (financeiros e outros) dos membros desta comunidade que facilitaria a obtenção de serviços bancários e financeiros, bem como sistemas e pacotes de fidelização personalizados.

Para o orador, este sistema (SRIEMCACIM) vai registar e armazenar os dados de identificação dos membros de uma comunidade inteira, oferecer a possibilidade de implementar serviços de utilidade básica, e de valor acrescentado, com a particularidade de permitir que novos serviços sejam adicionados progressivamente com o tempo, consoante as necessidades da comunidade. Por outro lado, referiu que SRIEMCACIM tem como objectivo geral o de contribuir para o desenvolvimento organizacional e tecnológico da comunidade académica e científica moçambicana, através do uso de sistemas modernos e inovadores de identificação digitais. Relativamente a objectivos específicos, apontou os seguintes:

- Conceptualizar o desenho;
- Criar a base de dados na fase piloto;
- Emitir um cartão electrónico de identificação para membros da comunidade;
- Integrar os Dispositivos de Identificação Móvel (*Mobile ID*) dos membros da comunidade académica nacional como parte do sistema de identificação electrónica;
- Implementar o sistema de interoperabilidade entre os diferentes intervenientes na prestação de serviços a comunidade académica nacional; e
- Identificar e implementar os primeiros serviços a serem disponibilizados à comunidade académica com o sistema de identificação electrónica.

No Sistema de Identidade Electrónica para comunidade Académica vai se aplicar o Certificado Digital e a autenticação será feita em sites web. Ainda no SRIEMCACIM, a Identificação Electrónica será feita por intermédios de um cartão com chip e ou Mobile e ID.

Resultados esperados com o Sistema de Certificação Digital de Moçambique:

- Implementado o SRIEMCACIM;
- Disponibilizado o uso de sistemas modernos e inovadores de identificação digitais;
- Implementada a fase piloto de Certificação digital em Moçambique;

- Implementado o sistema de interoperabilidade entre os diferentes intervenientes na prestação de serviços a comunidade académica nacional;
- Disponibilizados serviços do sistema de identificação electrónica a comunidade académica;
- Garantida a autenticidade, integridade, validade jurídica de documentos electrónicos;
- Implementada a interoperabilidade das Bases de Dados de Investigadores, Repositório Científico Nacional e outras plataformas nacionais e identificadores internacionais; e
- Disponibilizados relatórios estatísticos em tempo real sobre os Membros das Comunidades Académica e Científica de Moçambique.

Quanto aos *desafios e perspectivas*, o orador apontou a necessidade de um Quadro Legal e Regulamentar; de um Regulamento de Registo e Licenciamento dos Provedores Intermediários de Serviços Electrónicos e Operadores de Plataformas Digitais e a necessidade de formação em matérias de Certificação Digital e Recursos Humanos.


Para concluir a apresentação, ele disse que a operacionalização do SCDM permitirá o aumento do nível de segurança nas transacções electrónicas entre a administração pública, os cidadãos e as empresas, promovendo deste modo o aumento da qualidade e confiança nos serviços prestados. O INTIC realizou parte significativa do trabalho para o estabelecimento do SCDM que consistiu na elaboração de vários documentos que vão orientar o seu funcionamento obedecendo as boas práticas internacionais. A implementação do SRIEMCACIM vai garantir um mecanismo de identificação electrónica dos membros das comunidades académica e científica de Moçambique a nível nacional, regional e mundial. E há necessidade de criação de um ambiente de recuperação de desastres, para permitir a continuidade dos serviços no caso de falha no site primário.

V. Sessão sobre a qualidade do ensino superior em Moçambique

5.1. Divulgação de Estatísticas do Ensino Superior


O painel de divulgação dos dados estatísticos do Ensino Superior em Moçambique teve como oradores: Prof. Doutor Carlos Mataruca (CNAQ) e Dr. Calado Muianga (DNES). Os dados são referentes ao número das IES existentes no país (Cf. a tabela 1), à distribuição de estudantes pelos cursos e de docentes pelos graus académicos (Cf. as tabelas 2 e 3), por último, aos cursos acreditados pelo CNAQ (Cf. a tabela 4 e os gráficos 1, 2 e 3).

Tabela 1: IES existentes em Moçambique

Distribuição das IES por Classe e Natureza 					
Tipos das IES	Classe	Natureza			
		IES Públicas	IES Privadas	Total	%
Academias e Universidades	A	8	12	20	35.71%
Institutos Superiores Politécnicos	B	4	0	4	7.14%
Institutos Superiores	C	8	20	28	50.00%
Escolas	D	2	2	4	7.14%
Total		22	34	56	100%

Fonte: DNES

Tabela 2: Estudantes no Ensino Superior por área de formação

Estudantes por áreas de formação (1/2) 				
Áreas Científicas		Homem	Mulher	Total
Áreas de CSLH	Educação	33947	30765	64712
	Artes e Humanidades	4059	3051	7110
	Ciências Sociais, Jornalismo e Informação	7350	9527	16877
	Negócios, Administração e Direito	39600	44745	84345
	Serviços	2314	1094	3408
Total áreas não de CTEM		87270	89182	176452
Áreas de CTEM	Ciências Naturais, Matemática e Estatística	5206	2761	7967
	Tecnologias da Informação e Comunicação	4930	1041	5971
	Engenharia, Produção e Construção	19129	7248	26377
	Agricultura, recursos florestais, pesqueiros e veterinária	2847	2190	5037
	Saúde e Bem-Estar	5688	10285	15973
Total áreas de CTEM		37800	23525	61325
Global		125070	112707	237777

Fonte: DNES

Tabela 3: Docentes no Ensino Superior por nível académico

Docentes por grau académico e por sexo				
Regime do contracto	Grau académico	Homem	Mulher	Total
Tempo inteiro	Licenciatura	1586	564	2150
	Diploma de Especialização	42	13	55
	Mestrado	2336	555	2891
	Doutoramento	723	193	916
Tempo Inteiro		4687	1325	6012
Tempo parcial	Licenciatura	3927	1006	4933
	Diploma de Especialização	15	10	25
	Mestrado	2337	684	3021
	Doutoramento	616	150	766
Tempo Parcial		6895	1850	8745
Total Geral		11582	3175	14757

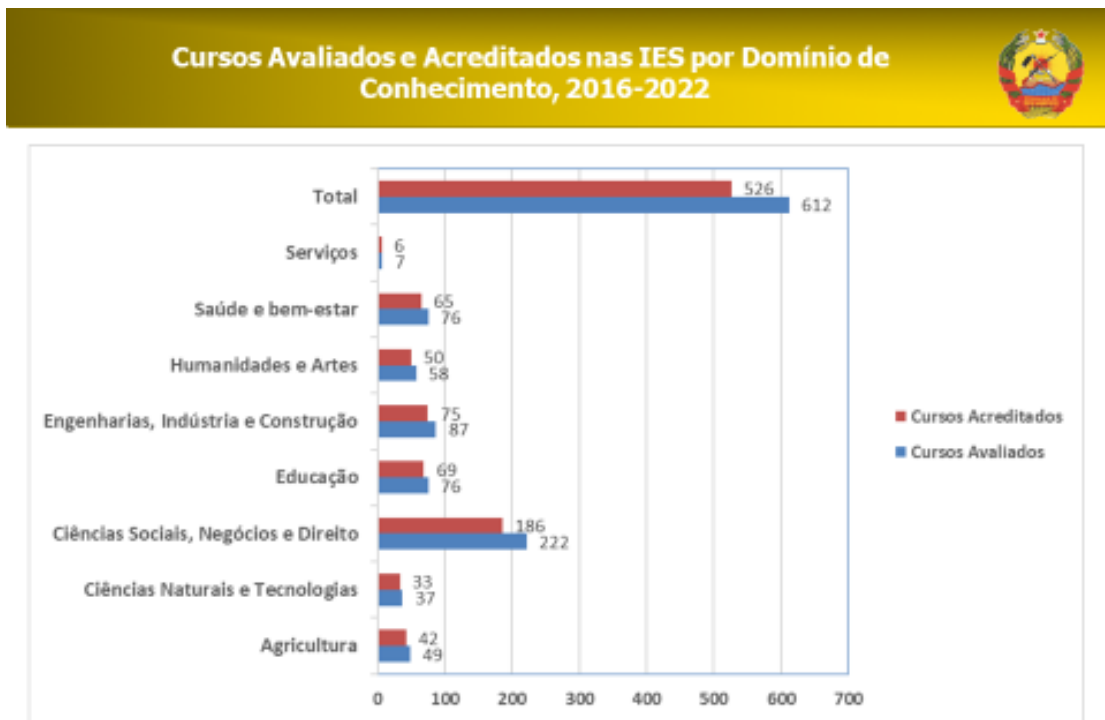
Fonte: DNES

Tabela 4: Cursos acreditados

Cursos Avaliados e Acreditados em relação aos existentes nas IES					
2016-2022					
Classes das IES	Nº de Existentes nas IES	Nº de Cursos Avaliados	Nº de Cursos Acreditados	% de cursos Avaliados	% de cursos Acreditados
A - Universidades e Academias Policiais e Militares	1058	452	407	42.72	38.47
B e C - Institutos Superiores e Politécnicos	386	155	117	40.16	30.31
D - Escolas Superiores	32	5	2	15.63	6.25
Total	1476	612	526	41.46	35.64

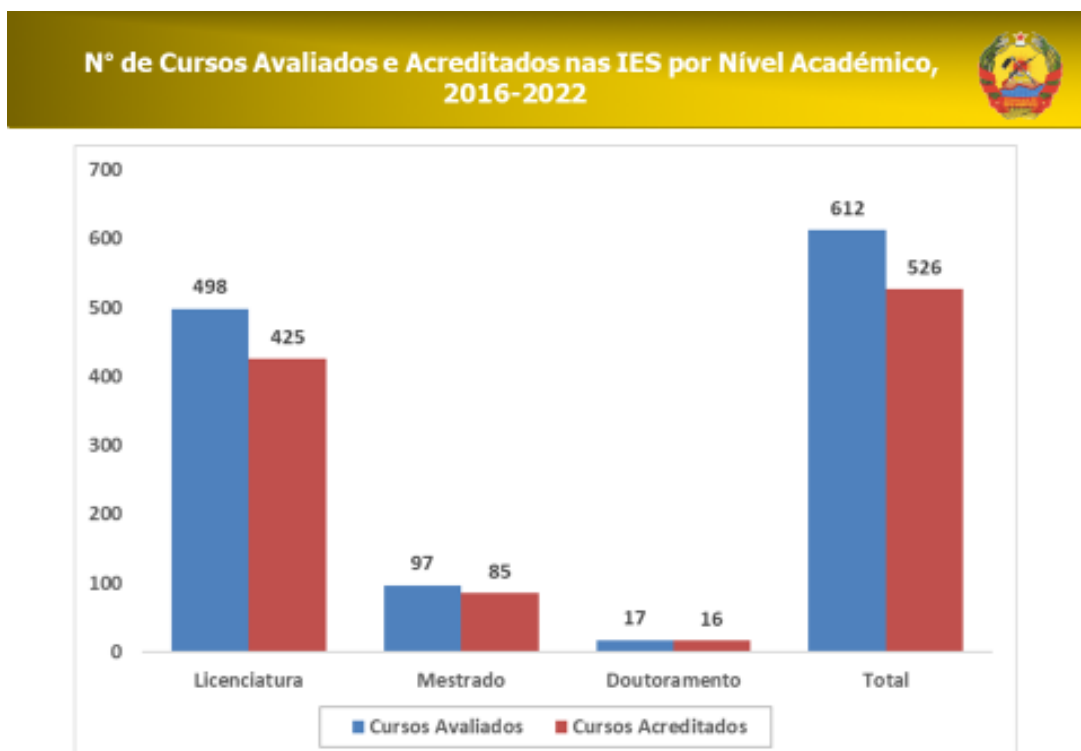
Fonte: CNAQ

Gráfico 1 – Cursos avaliados e acreditados por domínio de conhecimento



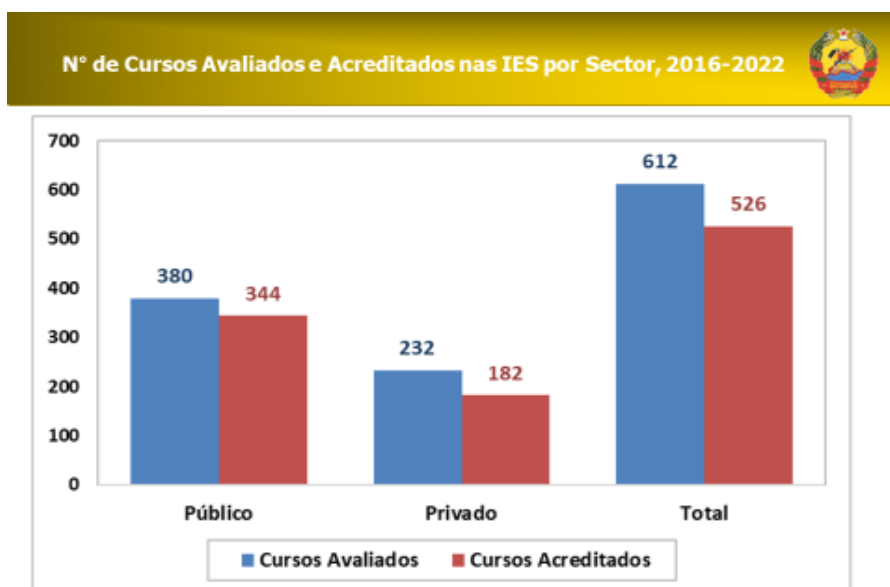
Fonte: CNAQ

Gráfico 2 – Cursos avaliados e acreditados por grau acadêmico



Fonte: CNAQ

Gráfico 3 – Cursos avaliados e acreditados por sector



Fonte: CNAQ

5.2. Encerramento

O encerramento da 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior contou com as intervenções de:

- **Prof. Doutor Jorge Ferrão, Reitor da Universidade Pedagógica de Maputo**, que, depois de elogiar o CNAQ pela organização do evento, destacou a necessidade de “solidariedade institucional” para, de forma conjunta, se servir à juventude, rumo à uma sociedade melhor.
- **Prof. Doutor Bettencourt Preto Capece, Presidente do Conselho de Reitores**, que, na ocasião, destacou o facto de o evento ter permitido reflectir em torno do que se está a fazer e possibilitar a projecção do futuro, consciente de que a melhoria deve ser contínua e permanente.

No entender do Prof. Capece, todas as instituições têm muito a aprender, não havendo as que são melhores que as outras, mas as que conseguem fazer alguma diferença. Por último, frisou a necessidade de haver mais espaços para se discutir a situação e a qualidade das Instituições do Ensino Superior, em função da conjuntura nacional, regional e internacional.

- **Prof.^a Doutora Maria Luísa Lopes Chicote Agibo, Presidente do CNAQ** que, na ocasião, agradeceu a equipa organizadora do evento e a todos os presentes. Salientou a necessidade de, em todas as instituições de ensino superior no país, os Gabinetes de Qualidade estarem directamente subordinadas às direcções máximas como forma de garantir a transversalidade.
- Em último lugar, o **Prof. Doutor Daniel Nivagara, Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior**, proferiu o seu discurso, tendo começado por destacar que a sua expectativa é que, decorrente das comunicações e debates, durante os três dias, tenham sido identificados os desafios que comprometem a plena implantação de uma cultura de qualidade nas nossas

instituições de ensino superior e, igualmente, tenham sido partilhadas propostas de soluções aos desafios em questão.

Manifestou o seu apreço ao tema escolhido para esta 5.^a Reunião, designadamente, “Qualidade de Ensino: contributo das IES moçambicanas na promoção da empregabilidade dos estudantes para o desenvolvimento sustentável”, pois, um dos objectivos centrais da actuação das instituições de ensino superior é formar Capital Humano e Social com as devidas competências técnico-científicas e sociais demandadas pela sociedade.

No entender do Ministro, o tema escolhido para esta 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior coaduna tanto com o Objectivo Central do Programa Quinquenal do Governo 2020-2024, quanto com os números 4 e 8 dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável 2030.

De modo geral, o Ministro apreciou positivamente o decurso desta 5.^a Reunião dos Dirigentes do Ensino Superior, tendo destacado as seguintes ilações saídas dos debates em conferências, mesas redondas e painéis temáticos organizados ao longo deste evento, para o seguimento e resolução conjunta dos problemas e/ou desafios que se colocam às instituições do ensino superior no país:

- a) A reunião consubstanciou-se num autêntico espaço de partilha, troca de experiências e reflexões sobre o contributo das instituições de ensino superior na promoção de um ensino superior de qualidade e empregabilidade dos estudantes em nosso país;
- b) Foram apresentadas e discutidas as perspectivas de enquadramento do ensino superior moçambicano no contexto regional, continental e Global;
- c) Foi feita a reflexão em torno da implementação do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior e do Sistema Nacional de Acumulação

e Transferência de Créditos Acadêmicos como pilares da garantia de qualidade;

- d) Destacou-se o papel e pro-actividade necessárias por parte das instituições de ensino superior na disponibilização de ofertas formativas que atendam às demandas e, dinâmicas do mundo contemporâneo e da sociedade moçambicana;
- e) Ficou assente que a empregabilidade dos graduados decorria da consonância entre a qualidade do ensino, a qualificação académica e a sua profissionalização no processo de ensino e aprendizagem;
- f) Destacou-se a necessidade de as instituições de ensino superior interagirem permanentemente com as associações e ordens socioprofissionais, as entidades do sector produtivo no processo de concepção e/ou reformulação de curricula, para que os mesmos se ajustem e atendam de forma adequada às exigências do mercado de trabalho e da sociedade no geral;
- g) Constatou-se que as instituições de ensino superior devem criar mais espaços comuns de discussão e promoção de iniciativas que estimulem o empreendedorismo e a empregabilidade no seio da comunidade académica;
- h) Verificou-se que há desafios de ordem financeira, de infra-estruturas e equipamentos, bem como ligadas às competências digitais no seio do corpo docente, técnico-administrativo e estudantes para maximizar-se a implementação do ensino na modalidade híbrida nas instituições de ensino superior; e

- i) Foi consensual, que a relevância de uma instituição de ensino superior traduz-se na qualidade e utilidade públicas do conhecimento que produz, bem com na qualidade dos graduados que disponibiliza à sociedade.

Por último, reiterou as suas felicitações ao CNAQ e a todos que se esmeraram para tornar possível a realização deste magno encontro, que reuniu a família do ensino superior para abordar e propor soluções aos desafios comuns de desenvolvimento institucional e declarou encerrada a 5.^a Reunião dos dirigentes do ensino superior.

5.3. Recomendações

- Dialogar sobre a missão e função do Ensino Superior e pensar nos desafios das IES, sobretudo a oferta aos estudantes, para além de reflectir e trocarem experiências sobre o contributo das IES na promoção de um Ensino Superior de qualidade;
- Refletir e desenvolver políticas institucionais, iniciativas sobre a implementação dos ODS e partilhar no próximo encontro;
- Garantir o investimento necessário sobre a qualidade, investindo em infra-estruturas tecnológicas/modelo de cultura digital, na digitalização, modernização tecnológica, desenvolvimento de repositórios científicos, desenvolvimento do sistema de plataformas de aprendizagem, desenvolvimento de sistemas pedagógico-científicos que permitem celeridade nos processos;
- Manter-se, na qualidade de dirigentes das IES, firmes e proactivos no processo de revisão do Quadro Legal do Ensino Superior com destaque para:
 - a) o Decreto n.º 46/2018, de 01 de Agosto, que aprova o Regulamento de Licenciamento e Funcionamento das Instituições de Ensino Superior;
 - b) o Decreto n.º 32/2010, de 30 de Agosto, que aprova o Sistema Nacional de Acumulação e Transferência de Créditos Académicos (SINATCA); e
 - c) o Decreto n.º 30/2010, de 13 de Agosto, que aprova o Regulamento do Quadro Nacional de Qualificações do Ensino Superior.

- Garantir, quando estiver disponível, a implementação da Nova Lei do Ensino Superior;
- Estudar, de forma profunda, o Decreto 61/2023, de 23 de Novembro, que cria o Quadro Nacional de Qualificações, cabendo ao CNAQ responsabilidade partilhada para garantir a implementação do novo quadro legal do Ensino Superior.